

ACTA Nº02/2007

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

----- Aos trinta dias do mês de Abril, do ano de dois mil e sete, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 18 de Abril do ano de dois mil e sete**, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA"** – (grelha A) -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da acta nº01/2007, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2007.02.28; -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

----- **01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

----- **02- ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Apreciação e votação do «*Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2006*», nos termos do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha B); -----

----- **02.02** – Apreciação e votação de um pedido da Câmara Municipal para «*Contratação de um empréstimo a curto prazo – Tesouraria 2007*», nos termos da alínea d), do n.º2, do

art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao «*Regulamento de Intervenção na Via Pública do Concelho de Ourém*», nos termos da alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao «*Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia*», nos termos da alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.05** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «*Carta Educativa do Concelho de Ourém*», nos termos do Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.06** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2006, da MECIAGOLFE – Empreendimentos Turísticos, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.07** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2006 da AMBIOURÉM – Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e Inserção, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.08** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2006 da VEROURÉM – Empresa Municipal de Comunicação, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.09** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2006 da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do

art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.10** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2006, do Centro de Negócios de Ourém, Limitada*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.11** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2006, da SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.12** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2006, da VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.13** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2006, da TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.14** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2006, da RIBACARNE – Matadouro Regional do Ribatejo Norte, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.15** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----
-----António Ribeiro Gameiro; -----
-----Avelino da Conceição Subtil;-----
-----Carina João Reis Oliveira;-----
-----Constantino da Graça Lopes; -----
-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----
-----Filipe de Jesus Janeiro; -----
-----Francisco Caetano;-----
-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----
-----João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
-----Joaquim dos Reis Gonçalves. -----
-----Jorge Manuel Reis Heleno.-----
-----José Augusto Dias dos Reis; -----
-----José Custódio Ribeiro Faria;-----
-----José da Silva Pereira; -----
-----José Ferreira Vieira; -----
-----José Maria do Padre Castelino e Alvim. -----
-----José Maria Henriques de Sousa; -----
-----Luís de Sousa e Silva; -----
-----Manuel Lourenço Dias;-----
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----
-----Manuel Tavares Lopes; -----
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
-----Mário João de Oliveira Santos; -----
-----Nelson Carlos Lino Lopes; -----
-----Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----

-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----

-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

-----Elias Dias da Silva. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

-----Antes de dar início aos trabalhos agendados para esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário do seguinte: -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **Rui Pedro Marto Pereira**, eleito nas listas do Partido Popular – CDS/PP solicitou suspensão de mandato, tendo sido convocado, para efeitos de substituição o senhor **Alexandre Herculano Costa Pereira Domingos**, que tomou posse hoje – casado, de trinta e seis anos de idade (36 anos), mediador de seguros,

residente em Lombo D'Égua, freguesia de Fátima, portador do Bilhete de Identidade número, nove milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e oito (9609208), emitido a vinte e dois de Junho do ano de dois mil e cinco (22.06.2005), pelo Arquivo de Identificação de Santarém, e possuidor do número de Contribuinte cento e noventa e cinco milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois (195045572). -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **Francisco Gonçalo Nunes André**, eleito nas lista do Partido Socialista – PS, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se substituir pela senhora: -----

- **Sofia Ferreira dos Santos**, solteira, de vinte e nove (29) anos de idade, advogada, residente em Espite, portadora do Bilhete de Identidade número doze milhões oitocentos e noventa mil novecentos e quatro (12890904), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em dois de Junho do ano de dois mil e seis (02/06/2006) e possuidora do número de Contribuinte duzentos e trinta e quatro milhões oitocentos e noventa e oito mil quatrocentos e noventa e seis (234898496); -----

-----Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, abaixo indicados, na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se representar, respectivamente: -----

- A Presidente de Junta de Freguesia de Gondemaria, senhora **Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva**, fez-se representar pelo Secretário da citada Junta de Freguesia, senhor **Acácio Manuel de Oliveira Marques**, casado, de cinquenta e três (53) anos de idade, trabalhador por conta própria, residente na freguesia de Gondemaria, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número quatro milhões oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e cinco (4869905), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em dez de

Agosto do ano de dois mil e cinco (10/08/2005) e possuidor do número de Contribuinte cento e setenta milhões quatrocentos e dezassete mil seiscentos e três (170417603). -----

- O Presidente de Junta de Freguesia de Espite, senhor **João Pereira Trezentos**, fez-se representar pelo Tesoureiro da citada Junta de Freguesia, senhor **Manuel Salvador Pereira Graça**, casado, de cinquenta e quatro (54) anos de idade, empresário, residente na freguesia de Espite, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número cinco milhões duzentos e oitenta mil oitocentos e quarenta e oito (5280848), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em três de Novembro do ano de dois mil e seis (03/11/2006) e possuidor do número de Contribuinte cento e cinquenta e cinco milhões trezentos e cinquenta e sete mil (155357000). -----

- O Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, senhor **Natálio de Oliveira Reis**, fez-se substituir pelo Secretário da citada Junta de Freguesia, senhor **José Manuel Dias Poças das Neves**, divorciado, de quarenta e oito (48) anos de idade, professor, residente na freguesia de Fátima, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número sete milhões quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta e dois (7467652), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em onze de Março do ano de dois mil e dois (11/03/2002) e possuidor do número de Contribuinte cento e vinte e seis milhões duzentos e quarenta e sete mil trezentos e vinte e três (126247323). -----

-----De seguida, e antes de passar ao ponto um da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário relativamente à existência de duas matérias, remetidas hoje pelo Executivo Municipal, que não integrando a Ordem de Trabalhos, podem ser agendadas caso mereçam acolhimento nos termos do artigo octogésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, dado tratar-se de uma sessão ordinária e urgir a sua discussão, a saber: -----

----- **Eleição de «um Representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Protecção Civil»;** -----

----- **Cooperativa Agrícola de Ourém, CRL – Insolvência.** -----

-----Face ao exposto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão deliberativo, se tinham alguma objecção relativamente a esta proposta, tendo os mesmos dado o respectivo consentimento. -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu esta proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, constituindo-se respectivamente os pontos 02.15 e 02.16 da Ordem de Trabalhos.** -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO UM BARRA DOIS MIL E SETE, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o membro da Assembleia Municipal, senhor António Gameiro de Sousa havia justificado telefonicamente a sua ausência na sessão deste órgão deliberativo, encontrando-se em serviço oficial no Parlamento Europeu. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES** apresentou a seguinte correcção: na página dezoito, aquando da sua intervenção deve constar o seguinte: "Foi de opinião de que o horário das 22 horas nem sequer viria a ser o real pois, no caso de, chegado a determinada hora, em que se aferisse que esse horário seria ultrapassado, já não existiriam

mais inscrições de utentes, ou então, cada dia seria uma incerteza para os funcionários em serviço, nesse horário, no Centro de Saúde.”; -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** apresentou as seguintes correcções: -----

- na página vinte e seis, aquando da intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor António Miguel Lopes Mangas Reis, deve constar a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal “o senhor pergunta o que quer e eu respondo o que quero”; -----

- na página trinta e sete, aquando da sua intervenção, nomeadamente a segunda questão deve constar que “o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que questionou a CCDR sobre a matéria e que esta não respondeu”; -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** subscreveu a primeira correcção apresentada pelo anterior membro da Assembleia Municipal. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco abstenções, dada a ausência na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência: -----

----- Ofício da Assembleia Municipal de Almada, datado de vinte e sete do transacto mês de Fevereiro, remetendo uma Moção acerca da «Taxa de Gestão de Resíduos»; -----

----- Ofício da Assembleia Municipal de Almada, datado de vinte e oito do transacto mês de Fevereiro, remetendo uma Moção acerca dos «Sistemas Multimunicipais Recolha Selectiva e Valorização de Resíduos»; -----

----- Carta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata remetendo cópia da intervenção proferida no plenário da Assembleia da República «Interpelação ao Governo sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural»; -----

----- Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de catorze do passado mês de Março, remetendo informação relativamente à «Taxa de gestão de resíduos»;

----- Convite do Nersant relativo ao «QREN e as Empresas – Sistemas de Incentivo ao Investimento 2007/2013»; -----

----- Carta do Parlamento Europeu remetendo a brochura «Reformar a Administração: Poupar na Burocracia, Investir no Crescimento»; -----

----- Ofício do Agrupamento de Escolas Acácio de Paiva, datado de doze do mês em curso, remetendo um exemplar do seu jornal escolar «O Azeitoninha»; -----

----- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado do dia quatro do presente mês de Abril, remetendo cópia do Requerimento acerca das «Provas globais facultativas no Ensino Básico»; -----

----- Ofício da Esquadra de Polícia de Segurança Pública de Ourém, datado de vinte e três de Abril, do corrente ano, dando conhecimento da tomada de posse do Comandante da mesma Esquadra, o Subcomissário Paulo Alexandre Cordeiro Faria. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Em nome pessoal e em nome do executivo, saúdo V.Exas., no início de mais esta sessão do órgão deliberativo municipal. -----

Dois meses decorreram sobre a última sessão da Assembleia Municipal. De forma a não nos tornarmos repetitivos, passamos a prestar informação sucinta sobre o que de relevante se passou na actividade municipal, desde essa data. -----

1. Apresentamos a este órgão a proposta de Carta Educativa para o concelho de Ourém. -----

Não apresentamos a proposta que desejaríamos pois dependemos de tutela governamental e temos que seguir orientações do Ministério da Educação. -----

Não seria razoável persistirmos numa atitude de teimosia e assim arrastarmos a aprovação deste documento, com consequências financeiras absolutamente insuportáveis para o município. -----

2. O Município de Ourém conta neste momento com alguns edifícios escolares devolutos. -----

Em muitos casos, estes edifícios têm uma ligação sentimental com as pessoas que ali fizeram a sua aprendizagem. -----

Considerando esse facto, a Câmara Municipal está a celebrar protocolos com Juntas de Freguesia, com o objectivo de dar uma utilização cultural a esses edifícios. -----

Na proximidade da sede do concelho, celebrámos protocolo com a Associação de Artistas e Artesãos de Ourém, para instalação de atelier de artes na antiga escola de Louçãs. -----

No âmbito do mesmo protocolo e como forma de apoio àquela associação, foi disponibilizada uma loja no mercado para vendas de artesanato e arte da colectividade. -----

3. No dia 10 de Abril, foi inaugurada a exposição respeitante ao concurso de arte promovido pelo Grupo Lena, em colaboração com diversas Câmaras Municipais e sob a designação de “Engenho e Arte”. -----

Vem a propósito referir que, com a exposição promovida pelo GAT de Tomar e com diversas publicações que têm ocorrido em revistas da especialidade sobre o projecto do Parque Linear, o Município de Ourém pode orgulhar-se da qualidade de alguns dos seus projectos. -----

Na mesma linha e em parceria com o Santuário de Fátima, vamos estar presentes na Trienal de Arquitectura a decorrer entre os dias 14 de Junho e 29 de Julho, na Cordoaria Nacional, com os projectos do Parque Linear, da Igreja da Santíssima Trindade e da Av. D. José Alves Correia da Silva. -----

4. Estão a decorrer em bom ritmo as quatro obras de edifícios escolares, nas freguesias de Atouguia, Cercal, Gondemaria e Urqueira. -----

5. Como é do conhecimento público, o SAP de Ourém encerrou o seu serviço entre as 24 horas e as 8 da manhã. -----

Têm decorrido diversas negociações, sendo que a principal conquista que, para já, se conseguiu foi que o encerramento se não efectuasse às 22 horas. -----

Tencionamos propor ao Sr. Ministro da Saúde, no início do mês de Maio, que o Centro de Saúde de Ourém funcione até às 24 horas e que, para o período entre as 0 e as 8 da manhã, seja delegada a competência na Câmara Municipal, mediante pagamento pelo Ministério da Saúde. -----

6. No mês de Março, decorreu o I Fórum das Associações do concelho. Com esta realização, pretende-se criar um espaço de estímulo ao associativismo que, no concelho de Ourém desempenha um importante papel ao serviço da cultura e do desporto. -----

7. Foi finalmente inaugurado o novo espaço Intermarché. -----
Apesar de o novo espaço ser uma valia importante na qualidade da oferta ao público consumidor, é ao nível da qualidade do espaço urbano da cidade sede do concelho que pretendemos valorizar a nova situação. -----

Foi também inaugurado o Museu da Vida de Cristo, grande valia para o turismo de Fátima e âncora para a zona onde está implantado. -----

Queremos, nestes dois projectos, destacar a grande dificuldade que é levar por diante o desenvolvimento. -----

No dia da inauguração, não falta quem queira estar na fila da frente, mas durante o percurso, só com grande persistência se conseguem ultrapassar as dificuldades que chegam de todo o lado, sobretudo do lado dos organismos governamentais que, em lugar de serem aliados na resolução dos problemas, são empecilhos. -----

8. No dia 29 de Março, promovemos uma reunião com técnicos que assinam projectos na área do concelho. -----

Esta reunião tinha como objectivo analisar as dificuldades que levam a que a análise dos projectos seja muito morosa. -----

Já muito se evoluiu, mas a má qualidade do trabalho de muitos técnicos tem levado a que cada projecto tenha que ser analisado várias vezes. -----

Infelizmente, os que deveriam ouvir a mensagem são os que nem sequer aparecem a estas reuniões. -----

9. Continuamos muito empenhados no acompanhamento da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo. -----

Temos sentido a necessidade de estarmos atentos à elaboração dos trabalhos pois somos um concelho periférico da região e pretendemos que o PROT nos valorize como elemento de ligação entre a área de Leiria que tem uma importante dinâmica económica da qual devemos tirar partido. -----

10. A Câmara Municipal deliberou comunicar a sua intenção de princípio de aderir à nova empresa a criar para o saneamento básico. -----

Esta empresa será detida em maioria pela empresa Águas de Portugal e terá acesso a verbas do Fundo de Coesão para a execução das redes de saneamento. -----

Embora o PEASAR aponte para a gestão integrada de todo o ciclo da água e o Município de Ourém tenha o sistema de abastecimento de água concessionado, pensamos ter uma solução que permite resolver o nosso problema de forma adequada. -----

11. Ainda no âmbito do saneamento básico, estão a decorrer algumas empreitadas na área urbana de Fátima. -----

Estão a decorrer algumas obras de saneamento e vão iniciar-se as da rede de águas para podermos finalmente concluir as obras da estrada de Minde. -----

12. São do conhecimento público as diversas alterações ocorridas ao nível das forças de segurança do concelho. -----

Em visita recente de técnicos do Ministério da Administração Interna para abordagem da problemática das instalações da PSP de Ourém, comunicámos a nossa disponibilidade para a cedência da utilização das instalações onde funciona actualmente o DAOTO, após a conclusão das obras do novo edifício dos Paços do Concelho. -----

13. No que diz respeito ao desenvolvimento económico, temos actuado em diversos domínios. A intervenção respeitante ao sector vitivinícola está no bom caminho, apesar de passar pela declaração de insolvência da Cooperativa Agrícola, ao contrário do que esperávamos. -----

Os prejuízos dos credores de diversa natureza são evidentes, mas conhecia-se há muito a sua inevitabilidade. -----

A intervenção da Câmara Municipal, como sempre foi dito, não se destinou nunca a pagar prejuízos, mas a salvar o sector que, para o concelho, é muito importante, a diversos níveis. ----

Após aquisição dos créditos da Caixa de Leiria e como credor maioritário actual, a Câmara Municipal tudo vai fazer para que as instalações possam apoiar a próxima colheita. -----

Para o sector de restauração e bebidas, no dia 13 de Março, foi promovida uma sessão sobre a ficha técnica de análise aos estabelecimentos utilizada pela ASAE. A sessão foi muito participada. -----

No dia 15 de Março, decorreu uma sessão sobre os direitos do consumidor. -----

Em acção promovida pela Câmara Municipal e pela Escola Profissional de Ourém, foi efectuada formação sobre boas práticas de higiene e segurança alimentar, destinada ao sector da restauração. -----

Foi recentemente comunicado à Câmara Municipal que está aprovado um parque eólico para o concelho de Ourém, a instalar na proximidade de Bairro, freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias. -----

Ainda neste sector, foi promovida em 22 de Março um seminário sobre empreendedorismo, com a designação Dia Aberto – Empreender em Ourém. -----

14. Desenvolvemos diversas diligências junto do Instituto do Ambiente e do Sr. Secretário Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações sobre a problemática do IC 9. As reuniões ocorridas respectivamente em 5 e 19 de Março, contaram com a presença dos vários presidentes das Câmaras Municipais interessadas. -----

15. Estamos a preparar o processo para financiamento das obras do novo edifício dos Paços do Concelho através de fundos imobiliários. -----

Oportunamente daremos conta a esta assembleia, para efeitos de obtenção de autorização. ----

16. Com os Municípios de Tomar e Ferreira do Zêzere, estamos a preparar a criação de uma empresa intermunicipal, para apoio técnico aos municípios, integrando o pessoal do GAT que vai ser extinto. -----

17. Está já em auscultação da ANMP a nova lei das associações de municípios. -----

De acordo com a nova lei, deveremos participar na associação de municípios de fins gerais do Médio Tejo. -----

É já no âmbito da COMURB Médio Tejo que estamos a participar no Plano de Acção para o QREN 2007-2013. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Esta é a informação que julgamos mais relevante. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 31 de Março de 2007; -----

----- Relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** questionou o seguinte: -----

- segundo nova Lei da Associação Nacional de Municípios, de momento em auscultação, devemos pertencer a uma Associação de Municípios de Fins Gerais do Médio Tejo, qual será então a posição de Ourém relativamente à Área Metropolitana de Leiria?; -----

- aquando da autorização da Assembleia Municipal nos sentido do Executivo actuar relativamente à Cooperativa Agrícola, um dos pressupostos era a não insolvência da mesma, então, quais os acontecimentos subjacentes a actual realidade de insolvência?. -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, pretendeu saber para quando estão previstas as obras da ponte de Casais de Abadia, visto que foram informados pelo gabinete técnico que o projecto estaria concluído até quinze de Abril. -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de N.^a Sr.^a da Piedade, pretendeu saber qual o edifício escolar das Louças, o novo ou o velho, está contemplado no protocolo com a Associação de Artistas e Artesões Ourenses, uma vez que existem dois. -----

= **ACÁCIO MANUEL OLIVEIRA MARQUES**, em substituição da Presidente de junta de Freguesia de Gondemaria, questionou se o novo edifício escolar, ainda em construção, ficará pronto para receber as crianças em Setembro, uma vez que nessa data está previsto o encerramento da escola de Fartaria. -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Formigais, questionou acerca da possível data em que será lançado o concurso relativo às obras de requalificação do Agroal. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: -----

- questionou acerca da data prevista para o arranque das obras da envolvente à Basílica da Santíssima Trindade, em Fátima; -----

- pretendeu esclarecimentos acerca do financiamento das obras do novo edifício dos Paços do Concelho. A obra está a proliferar, aguardando-se que os custos dela decorrentes estejam já devidamente cabimentados; -----

- questionou se estão previstos para este ano os investimentos, no valor de quinze milhões de euros, decorrentes do plano de investimento da empresa concessionada das águas; -----

- sabendo-se da inscrição do investimento inerente ao Parque de Negócios de Fátima no plano de acção do QREN, questionou acerca da possibilidade de se proceder à inscrição de algum outro investimento. -----

= **NELSON CARLOS LINO LOPES** pretendeu saber se o município estava a diligenciar no âmbito da prevenção dos incêndios, uma vez que se adivinha uma época estival cálida. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara prestou os respectivos esclarecimentos. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MANUEL SALVADOR PEREIRA GRAÇA**, em substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espite, apresentou o seguinte documento: “Exmo. Senhor Presidente da Câmara Trago aqui hoje um problema que há muito tenho vindo a alertar a Câmara, que tem a ver com a construção da Estrada Nacional 349. -----

Assim começo por dizer que foi com grande alegria que vimos satisfeita esta tão grande aspiração, que há muito era por todos desejada e que, no estado em que se encontrava, não possibilitava o desejado desenvolvimento da Freguesia de Espite. -----

Mas depois de tantos contactos feitos com a população, no sentido de disponibilizar os terrenos necessários à construção dos passeios, alguns bem difíceis de encontrar os necessários entendimentos, agora aparecem decisões que bastante tristeza trazem a mim e à população. --

O mais grave é que assumimos compromissos e agora não sabemos dar resposta merecida a quem nos interroga. -----

A questão é esta Sr. Presidente: Afinal uma boa parte dos passeios previstos para a parte urbana de Espite já se não vão fazer, como estava previsto, segundo informações que nos chegaram. -----

Assim eu pergunto: -----

1 - Confirma-se, ou não, esta informação? A ser verdade quais as razões que levaram a tal decisão? Será que o dinheiro que poderia ser gasto nestes melhoramentos é mal empregado com os habitantes de Espite? -----

2 - Não será que a nossa Freguesia merecia tais melhoramentos, pois já não basta a sua distância à sede do Concelho? -----

3 - Sr. Presidente, mais tristes ficamos quando vemos que esta seria talvez a única oportunidade de dar à sede da nossa Freguesia o tratamento e a dignidade que merece, já que no que respeita a saneamento, aquilo que outras freguesias já têm, ainda vamos ter muito que esperar, conforme nos têm dito. -----

Agradeço que me informe sobre tudo isto, a fim de que possa também informar os Espitenses que não param de me interrogar. O meu desconforto é grande como deve compreender, pelo que não quero passar por aquilo de que já vou sendo acusado, sem culpa nenhuma.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Caras e Caros colegas, -----

Caras e caros representantes de órgãos da Comunicação Social, -----

Caros Múncipes, -----

Num primeiro registo, deixar uma palavra singela, mas marcada solenemente pelos valores em que nos inspiram as recentes comemorações dos 33 anos da Liberdade em Portugal! -----

Por outro lado, aproveito para felicitar o Sr. Presidente da Câmara e todos os Ourenses pelas suas exigências finalmente terem tido acolhimento em Lisboa e no Governo de Portugal. De facto, V. Ex.^a como nós temos sublinhado quanto é importante uma reforma que combata os burocratas centrais que demoram anos a analisar os instrumentos que possibilitam aprovar ou alterar o PDM, um Plano de Urbanização ou um simples Plano de pormenor! -----

O Governo do PS soube-nos ouvir e o Sr. Primeiro-Ministro anunciou que a partir de Dezembro outros princípios entrarão em vigor nesta matéria! É obra, passados 33 anos de Governos, alguém tem coragem de fazer o que as populações aspiram! Esperava que há pouco o Senhor pudesse ter felicitado o Governo por mais esta reforma de fundo no país e que tanto tem exigido, umas vezes com razão e outras tantas para desculpar o indesculpável, que é falta de planeamento estratégico do nosso município. -----

Mas, pensando melhor, o Senhor Presidente e os seus Vereadores do Executivo PSD, poderiam aproveitar para felicitar a actuação do Governo no que tem a haver com as mudanças operadas nas nossas forças de Segurança e no investimento de cerca de 1 milhão de euros numa nova Esquadra da PSP, há tantos anos reclamada! Basta para isso que a Câmara Municipal disponibilize o terreno ou as instalações? -----

Por outro lado, para além dos 10 milhões de euros para a Av. José Alves Correia da Silva, podia também felicitar o Governo pelo novo Ponto Já, nova loja que se está a instalar em Ourém em parceria com a nossa edilidade e que dará um melhor acesso aos nossos jovens às tecnologias da informação. Sublinho que no Distrito de Santarém só existirão duas: em Ourém e Tomar! ----

De facto, este governo do PS até parece que governa também o município de Ourém, tal é o volume de investimento e obra! -----

É neste quadro que nos parece ser de sublinhar igualmente, como muito importante, o investimento que vai começar a ser executado na construção de mais uma sala de audiências no Tribunal e a vinda de mais um Juiz a tempo inteiro para a nossa comarca, num investimento estimado em mais de 500.000 euros! -----

Ou por outro lado, sublinhar, que por influência e exigência de vários agentes políticos do nosso concelho, teremos até final do ano o lançamento das obras que permitiram a instalação de uma loja do Cidadão com cerca de 18 serviços públicos e mais um conjunto de serviços privados, para poder servir melhor as populações do Concelho! Em nossa opinião ela deve aproveitar os espaços hoje livres no actual edifício do Tribunal, rentabilizando o que já está construído! -----

Este investimento importará em mais de 1.250.000 euros! -----

Este ano teremos instalado em Fátima 2 aviões de combate aos incêndios. -----

Isto é obra, é obra do Governo de Portugal, é obra das mulheres e homens que querem um concelho de Ourém desenvolvido e no mapa! -----

Mas, -----

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Caros Munícipes, -----

A Estrada Nacional n.º 349 tem o investimento garantido pelo governo do PS. O PSD fez o projecto, nós executamo-lo! -----

Este ímpeto reformista e de apoio às gentes de Ourém, contrasta com a atitude de alguns, que afirmam perante as autoridades que concordam com o encerramento do SAP das 24 às 8 horas da manhã, e de seguida promovem abaixo assinados contra a política seguida e o PSD local sente-se o defensor da moral quando deixou encerrar um hospital com capacidade para acamados e isso parece que foi bom? -----

O governo altera o posicionamento das polícias, o Senhor Presidente da Câmara diz concordar, mas é melhor esperar para ver, vem o PSD local e critica esta política! -----

O Governo do PS começa as obras em Carregueiros do IC9, após mais um embarco judicial de 2 anos das associações ambientalistas e o PSD local nessa semana clama porque ele já cá devia estar! -----

Haja paciência para tanta contradição e falta de seriedade na abordagem destas matérias. Resta perguntar porque não se questionam pelas obras anunciadas há anos pela nossa Câmara e que nunca saíram do papel? -----

O IC9, terá um perfil 2 em 1 nos troços rápidos e 1 em 2 nos troços lentos e cruzamentos! Será lançado ainda este semestre o troço Vale dos Ovos-Alburitel e o troço Alburitel-Ourém só o poderá ser no início do ano que vem, porque convém lembrar a demorada articulação entre a vontade actual da Câmara Municipal e a vontade anterior a 2005. -----

Neste momento, em que as exigências orçamentais afectam todas as entidades públicas, gostaríamos de deixar um apelo muito forte às populações de Ourém, de coragem e de confiança no futuro, porque os eleitos pelo PS e o Governo de Portugal estão a desempenhar o melhor que sabem e podem as suas funções a bem de Ourém e das suas freguesias.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou a seguinte declaração de política geral:

“Realiza-se esta sessão entre o 25 e Abril e o 1.º de Maio. Duas datas que considero da maior relevância, quer no plano de declaração nacional, quer no plano da declaração universal. E duas datas que, sendo celebradas em todo o País e em todo o Mundo de forma significativa, são-no em duplo significado: pela positiva e pela negativa. -----

Pela positiva, pois são datas de luta, pelo que lembram e por projectos de que não se desiste. São-no pela positiva para os que lutaram pela democracia e pela liberdade e estão insatisfeitos por a liberdade que vivemos e o 25 de Abril simboliza não está acompanhada – ainda! – pela consciência e pela responsabilidade de ser livre, porque a democracia em que se vive e o 25 de Abril nos trouxe ser, hoje, tão deficiente, tão limitada, quase um serviço mínimo para que democracia seja. -----

São-no pela positiva pois são datas de luta, em que os que têm o conceito de trabalho como criador e libertador fazem do 1º de Maio uma data de luta para afirmar esse conceito, para arreigar a sua consciência, para combater as concepções em que o criativo seria o especulativo, seria o que acumula capital sob a forma de dinheiro, ou de bens sumptuários, sem nada criar a não ser uma situação de beco sem saída pois as contradições são cada vez

mais insanáveis, a iniquidade, as desigualdades e as assimetrias cada vez mais insuportáveis, ou só suportáveis porque se vestem com a roupagem da ilusão e da demagogia. -----

Aqui, em Ourém, como em tantos lados, como em quase todos os cantos e recantos pátrios, as comemorações oficiais do 25 de Abril são paupérrimas e, aqui, fazem-se apenas para não se dizer que não se fizeram, e se não fosse a tão bonita e emocionante sessão como a que se realizou na sede da banda e a iniciativa de jovens que trouxe uma voz e poemas de Abril ao auditório da Ourearte, nada teríamos para guardar como merecedor da data. -----

Quanto ao 1º de Maio, de dia do trabalhador nada se diria, nesta nossa terra, e ao dizê-lo sinto quase angústia – que logo venço, por me lembrar do que foi um dos mais belos 1ºs de Maio da minha vida, em 1974, com as ruas da vila cheias de gente e de música de todo o concelho, carregando futuro, hoje por cumprir, e esperança, hoje por realizar. -----

Por aqui me fico ao não poder deixar de sublinhar as duas efemérides que balizam esta sessão. -----

Depois, só um apontamento sobre a situação económica e social que vivemos. -----

O Relatório de gestão que nos foi atribuído é, de novo, um documento interessante e serve para apoiar uma declaração de política geral. Saúdo os funcionários da Câmara que, de novo, aproveitaram a oportunidade para elaborar um documento que, reproduzindo e trabalhando documentação, nos facultam material de reflexão e estudo. -----

No plano geral, não vou entrar em considerações que fariam parecer – a mim, pelo menos – que voltei ao tempo de avaliação de trabalhos escolares, mas relevo dois aspectos: -----

Primeiro, a desconvergência de Portugal relativamente ao espaço em que se integra. O diferencial negativo do crescimento económico português relativo à União Europeia, medido em PIB por cabeça e outros indicadores, está a repetir-se ano a ano, persistente, e nega o que foram promessas que vêm de há vinte anos, agravando o afastamento dos níveis sociais da chamada Europa pela dispersão de rendimentos que é a maior da Europa, ao nível da dos Estados Unidos. -----

Segundo, as tímidas mostras de recuperação de indicadores não colmatam essa persistente desconvergência e baseiam-se na melhoria da conjuntura externa, ou seja, nas exportações,

com uma preocupante e gravíssima evolução do investimento produtivo e uma fraquíssima procura interna, inevitável face aos níveis salariais e ao desemprego que se mantêm como variáveis estratégicas de uma política que vem de 1976 e não mostra sinais de emenda, ao menos de começo de remorsos. -----

Há que mudar de política e ela tem de ser mudada. -----

Vai longa a reflexão de ordem geral, mas ainda desejava deixar um apontamento sobre a situação local. E tanto haveria para dizer ...-----

Mas limito-me à análise SWOT, levantando, a título de exemplo dúvidas que julgo pertinentes:

- Terão a dimensão de ponto forte, com o relevo que lhe é dado, a “presença de equipamentos sociais à população de elevado nível”? -----

- Serão aquelas as oportunidades em que importa insistir e investir, ignorando-se a da criação do Museu que poderia, se bem realizado, aproveitar a ligação ao tipo de turismo que Fátima atrai? -----

- Serão pontos fracos a “insuficiente valorização no núcleo medieval acastelado e reduzido aproveitamento turístico da sede do concelho (porque não de todo o concelho?) face à proximidade de Fátima”?; não serão oportunidades? -----

- Como se pode considerar ameaça a integração no sistema de saúde do Médio Tejo dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade existente na área do Município e das duas cidades (obviamente privados e privatizando fazendo-se da saúde um negócio e não o direito constitucional que é!...) -----

Termino, com a costumada sensação de que perpassa pelo concelho e seus responsáveis um sentimento de auto-satisfação, de “alegria contentinha” como dizia O’Neil, e de haver incompreensão para o seu trabalho e sentido persecutório, de se julgarem os “melhores do mundo” quando as visitas às proximidades e realidades concelhias, e também às mais longínquas, nos mostram que nem os melhores da nossa rua ou aldeia estamos a ser. -----

Este estado de espírito é frustrante e frustrador. Lamentamo-lo e combatemo-lo.” -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES** em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Todos sabemos que o nosso país necessita de várias

reformas ao nível de diversas áreas. Cada Governo que passa tenta, mais ou menos (alguns quase nada) levar a cabo uma tarefa que não é fácil pois existe sempre alguém avesso à mudança. Só que há reformas e reformas e aquela a que estamos a assistir na Saúde, não é de todo um bom exemplo. -----

Todas as semanas, já para não dizer todos os dias, assistimos a diversas peripécias, ora com intervenientes do Governo, de autarquias, de unidades hospitalares, de centros de saúde e da população que não se conforma que lhe sejam tirados direitos há muito adquiridos. -----

Se todos os índices relativos à Saúde apontam que a forma como estava a funcionar o Serviço Nacional de Saúde, se não era o ideal, pelo menos tinha resultados positivos, porque razão alterar as coisas de forma tão gravosa para as populações? É preciso reduzir a despesa? À custa da Saúde? Não há preço que pague uma vida...-----

Por um lado, temos apoios comunitários específicos para travar a desertificação do interior. Por outro, tomam-se medidas que levam precisamente esse interior a perder serviços que lhe são essenciais. -----

Os Centros de Saúde não fizeram parte do estudo encomendado, diz o Governo, por isso não foram ouvidos os Presidentes de Câmara. Bem, alguns não foram ouvidos, porque outros, segundo consta, tiveram oportunidade de falar com o Sr. Ministro e, pelos meios de comunicação social vamos sabendo de vários protocolos assinados com os municípios que, sem menosprezo por ninguém, não apresentam os indicadores e as características do nosso concelho. -----

Pelos vistos, agora o Sr. Ministro já entendeu receber o nosso Presidente mas demonstrando, por um lado, desconhecimento do encerramento do SAP de Ourém e por outro, dando a entender que qualquer encerramento teria sempre a audição prévia do poder local. Pasmese também, pois a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo não tem conhecimento de nada. -----

Por outro lado, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, entendeu efectuar negociações de forma a efectuar um protocolo “chapéu” que permita o não encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente sem serem ouvidos os Presidentes de Câmara e sem

estarem reunidas as condições para o seu fecho, como sejam a implementação da rede de urgências e a existência de boas acessibilidades. Também não se entende que, estando em negociação a transferência de competências para os municípios na área da saúde, se tomem decisões desta ordem, precipitadas, sem sequer pedir opinião ao poder local. -----

Para ajudar ainda mais ao problema, as Corporações de Bombeiros queixam-se com falta de meios e com decisões que implicam uma maior responsabilidade para os seus operacionais que não estão preparados para deslocações que implicam maior tempo de ocupação das viaturas, assim como a doentes de maior gravidade. -----

Só podemos dizer que estamos perante uma grande trapalhada.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Caros colegas -----

Público -----

Para pôr um ponto final numa situação que tem vindo a acontecer e para tornar público o que foi a resposta e ficarmos a saber mais ou menos aquilo que eu fiquei a saber. Foi-me enviado pela Mesa da Assembleia Municipal, que teria sido anteriormente remetido pela Câmara Municipal em resposta à minha questão sobre o custo do transporte urbano designado GIRO, que a contratação deste tipo de serviço foi feito ao abrigo de um protocolo celebrado com a Rodoviária do Tejo e que foi aprovado em reunião camarária de 05/06/2006, da qual deveria ter conhecimento porque são reuniões públicas – peço desculpa, não posso ter conhecimento de tudo. Mas, diz que anexa uma cópia do protocolo, a qual não me chegou. -----

Mais do que isso, queria tornar público que me foi informado que o custo orçou em vinte e três mil euros, o que já é dinheiro.” -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA** apresentou os seguintes documentos: -----

Documento 1: “Fórum Estudante -----

Realizou-se, em Março, a IV edição do Fórum Estudante. -----

Este evento criou raízes no centro do país e faz já parte da agenda de cerca de 40 Universidades, Institutos Superiores, Escolas Profissionais que pretendem apresentar e elucidar as saídas em diversas áreas de formação profissional e superior a vários milhares de alunos dos ensinos básico e secundário. -----

Trata-se de um acontecimento com capacidade para abranger toda a região. -----

«Empreender em Ourém» foi o tema central dos importantes colóquios levados a cabo durante o Fórum Estudante, trazendo a todos os participantes excelentes ideias conducentes ao desenvolvimento e ao empreendedorismo, sobretudo dos jovens que procuram definir o seu futuro.» -----

Documento 2: “O fecho cego e sem fundamentos credíveis de serviços descentralizados, de diversos ministérios no concelho de Ourém tem prejudicado severamente o quotidiano dos munícipes. -----

A deslocação para Tomar, com o respectivo encerramento da Delegação Regional da Agricultura em Ourém, configura um ataque à agricultura e aos agricultores do concelho. -----

O encerramento – diga-se irresponsável – e sem explicações reduz o apoio que é necessário e importante para o desenvolvimento rural e do sector da agricultura no concelho. -----

Em números significa que desde meados de Março de 2007 passam para fora os seguintes serviços: -----

- 250 licenças para a apicultura e os respectivos medicamentos para as abelhas; -----
- centenas de cartões do subsídio de gasóleo agrícola; -----
- 1500 licenças de pesca (que pelas informações recebidas, passaram a ser requeridas em Abrantes, que são cerca de 150km). -----

Os custos desta deslocação (ambientais, sociais e económicos) para as pessoas envolvidas e principalmente para o sector, conduzem à desertificação e abandono dos terrenos agrícolas.” -

= **JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES**, em substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, apresentou os seguintes documentos: -----

Intervenção de carácter local: “Manuel Graça Dias, no seu livro “Manual das Cidades”, escreve o seguinte sobre a cidade: -----

... “A evidência da cidade é ser um território conformado para a possibilidade da vida em comum. Muitas pessoas diferentes compartilhando, dividindo, usando uma enorme estrutura construída em conjunto. (...) Tudo o que for feito para prolongar este equilíbrio (equilíbrio que simultaneamente nos respeitamos e às nossas diferenças) – é esse o sentido da palavra *urbanidade*” ... -----

Sobre urbanidade, equilíbrio e vivência em comum, impõe-se uma palavra nesta Assembleia sobre a nova entrada na cidade de Ourém. -----

De cara lavada e com um agradável e apelativo arranjo viário, a entrada da cidade de Ourém faz-se hoje de forma muito mais fácil e com maior dignidade. -----

A melhoria das acessibilidades é de louvar, digamos que foi uma “arrumação” mais funcional e atractiva que a cidade sofreu. -----

O velho pontão que marcava as entradas na cidade, quanto mais não seja pelo descoordenado movimento de trânsito que provocava à sua passagem, vê hoje melhores dias, mais enquadrado no sentido de trânsito e com uma beneficiação da sua estrutura. -----

Este alargamento era de facto uma necessidade para o tal equilíbrio urbanístico nesta zona. ----

A cultura contemporânea procura esse nivelamento. Essa capacidade inventiva de tornar novas as zonas que sempre existiram. O colectivo de cidadãos de Ourém e de todos os que da cidade precisam e por ela passam, fica bem servido por este esforço de recuperação do património. -----

A Câmara Municipal de Ourém fez um bom trabalho.” -----

Voto de Pesar: “Sabemos que a vida muitas vezes é feita da arte da distância. Viver é a coisa menos frequente no mundo. A maior parte das pessoas existe e isso é tudo. Não foi esse o caso do professor Manuel de Oliveira Graça. -----

Desde que vim para Fátima, o meu caminho cruzou-se várias vezes com o seu. Conheci-o quando era já uma referência como professor do S. Miguel, em Fátima. Grande amigo do meu sogro, sem nunca termos sido íntimos, aprendi a respeitá-lo. Ponderado, era um homem de convicções fortes, nem sempre condizentes com as minhas, fazendo jus aquele homem português que Miguel Torga tão bem descreve nos seus diários, do antes quebrar que torcer.

Sabia, no entanto, ser afável e sobretudo era dialogante. Entusiasmava-se com novos projectos e juntos partilhámos o sonho de construir na “sua” Junta um espaço dedicado ao arquivo documental. É graças a ele que se preservaram documentos importantes do século XIX e XX, que estarão brevemente à disposição dos investigadores. -----

Viria a encontrá-lo novamente quando juntos participámos na penúltima campanha eleitoral local, ele como candidato à Junta de Freguesia de Fátima, eu fazendo parte da lista à Assembleia Municipal de Ourém. Foi gratificante esta experiência, baseada no respeito mútuo. Eleito para o quadriénio 2002-2006, soube pugnar pelos seus ideais e realizou um trabalho meritório na freguesia. -----

Na vida somos nós próprios que construimos aquilo que nos rodeia. Dependemos, no fundo, como diz Alçada Baptista, “da arquitectura que soubemos dar à nossa própria vida, da quantidade de energia que fomos capazes de tirar do subsolo da alma”. Ele participou na construção da sua freguesia e por isso expressamos a nossa gratidão pelo serviço público que prestou. Quis o destino (ou não fossemos nós, na opinião do poeta, talhados para o fado) que a sua morte, com 72 anos, a 19 de Abril e posterior funeral a 20, coincidissem com a inauguração do Festival das Sopas do Verde, festa das Associações da Freguesia. Na altura, em sua memória, a Junta dedicou-lhe o primeiro dia do dito festival. Singela homenagem, mas profundamente merecida, na nossa opinião. -----

Ninguém é insubstituível mas a verdade é que somos únicos. Queríamos portanto aqui deixar aqui expressa como última homenagem, um voto de pesar, a Manuel de Oliveira Graça, homem discreto, profissional a tempo inteiro, amigo do seu amigo, um homem convicto que colocava uma grande generosidade em tudo o que fazia em prol da freguesia de Fátima.” -----

----- **Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, submeteu este voto de pesar a votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----**

= MANUEL LOURENÇO DIAS, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: “Boa tarde, saudações a todos -----

Gostaria de abordar dois assuntos: -----

1 – Inauguração do Intermarché, há dois anos que ando para fazer uma declaração de voto, desde que houve a reunião da Assembleia Municipal na freguesia de Matas, em que a Câmara Municipal solicitava um parecer de utilidade pública para poder desbloquear a respectiva situação. -----

Nós, Presidentes de Junta, algumas pessoas do PSD e talvez outras mais, votamos favoravelmente esse parecer e fomos, nessa altura, apelidados de irresponsáveis, de ignorantes e de cordeirinhos que recebem uma ordem, baixam a cabeça e fazem aquilo que lhes mandam. -----

Não estou a criticar ninguém aqui presente, porque lamentavelmente essa pessoa não faz parte da Assembleia Municipal, mas perante a sua intervenção houve algumas expectativas de resposta e na altura a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tentou apaziguar os ânimos e não pude fazer a declaração de voto que tencionava fazer. Passado todo este tempo, considero oportuno dizer que fui uma das pessoas que votou favoravelmente esse parecer. Talvez não tenha sido este parecer que tenha resolvido o problema, mas na época julgava-se que poderia ser. Votei, e penso que todos as outras pessoas também, com sentido de responsabilidade, em consciência, com visão do futuro, sem pressões e sem qualquer espécie de compensação. -----

2 – Após a intervenção do Dr. Gameiro e tendo em conta as bondades do Governo para com Ourém, pensei em sugerir uma proposta que resolveria uma série de problemas: até há pouco tempo atrás, considerava que o novo aeroporto deveria ser construído na Ota, até porque algumas pessoas do meu Partido Político pediram-me para fazer parte de um abaixo-assinado.

Normalmente, não sou pessoa de andar na moda, mas agora deixei-me levar por ela e passei a estar contra e sugiro que o aeroporto seja feito em Rio de Couros, o possibilitava ao Governo poupar muito dinheiro que poderia investir em algumas obras no concelho, como por exemplo:

- continuação do IC9; -----
- requalificação da EN356; -----
- construção da via rápida que liga o norte à sede do concelho, prometida há muito pelo Partido Socialista; -----

- edificação da zona industrial da Freixianda; -----
- construção do campo de golfe de Caxarias; -----
- mudança rápida do nome da estação de caminho de ferro de Fátima; -----
- continuação das obras de saneamento básico. -----

Desta forma, e porque o aeroporto normalmente situa-se na capital, propúnhamos Fátima.” ----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda questionou acerca da viabilidade de incluir no projecto, relativo à requalificação da EN356, a construção de passeios que servissem os peregrinos que por ali passam. -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores -----

Caros colegas -----

Em primeiro lugar, em nome do PSD, quero dar as boas vindas ao novo colega Alexandre Domingos, do CDS/PP – fazemos votos de bom mandato e de bom trabalho em prol do município. -----

2º não posso deixar de dizer que nós, o PSD, não vimos aqui brincar aos debates parlamentares, nem fazer culto ao Governo ... que pelas palavras do Dr. Gameiro «quase» tem por missão governar Ourém! -----

Se a memória não me traiçoa, quem deixou fechar o hospital, não foi o PSD, foi a gestão do Dr. Teixeira, do CDS/PP e a inscrição em PIDDAC da obra relativa à EN349 foi do PSD. -----

É caso para dizer que «uns comem os figos e a outros rebentam-lhes a boca. -----

Então, sobre as diversas actividades e iniciativas, essas sim, realizadas em Ourém: -----

1 - Sessão de esclarecimento sobre a “Ficha Técnica da ASAE” -----

Congratulo a Câmara pela excelente iniciativa que teve com esta realização, que possibilitou aos empresários o acesso a informações fundamentais, no sentido de contribuir para assegurar a qualidade da prestação de serviços e, ao mesmo tempo, contribui grandemente para que os

empresários possam adequar os seus procedimentos às leis e regras a cumprir, para benefício próprio e de toda a população. -----

2 - Programa Cultural da Câmara Municipal -----

O I Fórum das Associações do Concelho de Ourém trouxe ao Centro de Negócios cinquenta das nossas associações. Tratou-se de uma importante demonstração da vitalidade do nosso associativismo. De uma forma livre mas responsável, as associações deram mostra de grande capacidade organizativa e de vitalidade para responder aos desafios. -----

Foi de extrema importância a possibilidade de dar a conhecer uma boa parte do que de melhor se faz no nosso concelho ao nível associativo. -----

Pela iniciativa, saudamos a Câmara Municipal, manifestando o desejo de que esta iniciativa venha a tornar-se uma tradição no nosso Concelho. -----

Também está de parabéns a Junta de Freguesia de Fátima, pela organização do festival das Sopas de Verde, que contou com a presença das associações da freguesia. O carácter típico desta gastronomia foi lembrado, num fim-de-semana cheio de animação e convívio entre a população. -----

Estão pois, todos de Parabéns. -----

3 - Festival de música Inter-Escolas -----

O festival de música Inter-escolas, organizado pela Câmara Municipal, encheu de animação o Cine-teatro Municipal de Ourém e também o Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima. -----

Os espectáculos apresentados foram de grande nível, demonstrando enorme empenhamento, por parte das escolas do concelho, e grande capacidade dos alunos executantes, o que é de sublinhar e saudar. -----

Saudamos ainda o relacionamento com o Município de Czestochowa (Polónia), que se fez representar por duas jovens cantoras, e desejamos aos nossos representantes, que no próximo dia 5 de Maio de deslocação à Polónia, os maiores sucessos. -----

4 - Semana Santa em Ourém -----

Entre 1 e 8 de Abril, decorreram em Ourém, mais precisamente na zona Histórica, as

comemorações da Semana Santa. Tratou-se de um evento de grande sucesso, que levou à zona Histórica milhares de pessoas. -----

O rigor histórico tem transformado esta realização num dos mais sérios contributos para a preservação e valorização do património cultural do Concelho de Ourém. -----

Pela dignificação do Concelho de Ourém e dos seus habitantes, saliento o regozijo por esta realização, que contou com a participação de muitos actores amadores, da Sociedade Filarmónica Oureense, dos Escuteiros, do Chorus Auris da Academia de Música Banda de Ourém, da Paróquia e da Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, da Pousada e da Região de Turismo de Leiria/Fátima. -----

Bem hajam.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2006», NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º2, DO ART.º53º DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA B). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil oitocentos e oitenta e cinco, datado de dezoito de Abril, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dezasseis, do mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação do *Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2006*. -----

----- Foi ainda remetida cópia dos referidos documentos, em suporte digital (CD), os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os seus membros – (ver processo devidamente arquivado). -----

----- A fim de facultar um conhecimento mais pormenorizado e resumido dos documentos em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (vide processo devidamente arquivado), a qual foi comentada de forma clara e concisa pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo os esclarecimentos prestados, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** teceu os seguintes comentários: -----

- Na rubrica *Recursos Humanos*: de dois mil e quatro para dois mil e cinco verificou-se a baixa de oito elementos, dos quais sete homens, e de dois mil e cinco para dois mil e seis houve um acréscimo de dez elementos, três homens e seis mulheres, verificando-se contudo a existência de um elemento com setenta anos; -----

- Comentou o facto de se proceder à avaliação autárquica utilizando critérios de gestão empresarial, apesar de estarmos perante duas realidades diferentes; -----

- Registou o facto do documento apresentar uma introdução relativa à conjuntura, o que, no seu entender, seria mais positivo se abordasse a área do município, sugerindo uma informação com dados estatísticos; -----

- Relativamente aos *documentos de situação económica e financeira*, teceu breves notas após proceder à comparação global de dois mil e seis/dois mil e cinco e dois mil e cinco/dois mil e quatro: -----

a) relativamente a dois mil e quatro, verifica-se um aumento de receita que se torna significativo em dois mil e cinco; -----

b) no ano transacto, o crescimento de receitas, devido ao aumento de venda dos bens de investimento, não havia sido justificado, merecendo este ano a justificação devida naquele ano;

c) relativamente às despesas, verificou-se um aumento de nove vírgula oito por cento, no ano transacto, tendo actualmente baixado para quatro vírgula cinquenta e dois por cento para o que contribuiu catorze vírgula nove por cento das despesas correntes; -----

d) no ano passado, a capacidade de endividamento aproximou-se do seu limite máximo – oitenta e seis por cento, este ano, situa-se nos noventa e sete vírgula seis por cento devido à implementação de nova legislação; -----

e) o prazo médio de pagamento expresso em dias, em dois mil e quatro, era de cento e nove dias passando, em dois mil e cinco, para cinquenta e seis vírgula cinco dias e, em dois mil e seis, para cento e cinquenta dias, demonstrando ligeira descida, sendo que a Câmara Municipal passa a beneficiar de uma alargamento de prazos tanto para pagar como para receber. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** teceu os seguintes comentários: -----

- Sublinhou a qualidade do documento em análise o que reflecte a clareza da gestão feita pelo município; -----

- Saliou o presente período de contenção de despesa e bem assim a tentativa de aumento da receita, utilizando os mecanismos legalmente previstos; -----

- Após a análise do documento e segundo a forma como a sua bancada perspectiva uma gestão municipal, salientou a grande quebra nas transferências para as freguesias que, conforme disse, não se justifica uma vez que o investimento municipal directo também baixou. Assim, com essa poupança poder-se-ia ter utilizado alguma capacidade de poupança, no sentido de não transferir o dinheiro para despesas correntes das freguesias mas antes para despesas de investimento; -----

- Saliou o carácter positivo na utilização da administração directa, fazendo com que as equipas municipais também trabalhem, o que, no seu entender, tem sido feito, embora se tenha verificado alguma demora nesse sentido; -----

- Quanto à gestão, referiu que a quebra de investimentos e bem assim a quebra de transferências para as freguesias, patenteada em diversos indicadores da Conta como consequência dos investimentos de dois mil e cinco, significa que a despesa a terceiros ficou por pagar e as dificuldades financeiras do município avultam-se, aumentando assim o número de dias para pagar a terceiros e consequentemente as dificuldades em obter dinheiro; -----

- Relativamente à execução e após comparar esta com os planos, realçou que a respectiva taxa baixou relativamente ao ano de dois mil e cinco, sendo ainda menor se comparada com a de dois mil e quatro, situação que, conforme espera, venha a inverter-se aquando da realização de acções que promovam o desenvolvimento do concelho. -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: -----

- Saliou o bom trabalho na apresentação dos documentos; -----

- Na página quarenta e cinco, salientou a repetição aquando da referência dos projectos inerentes ao projecto Leiria Digital; -----

- Saliou a importância da instalação de cabo de fibra óptica em todos os edifícios municipais, permitindo uma melhor comunicação entre os diversos sectores, e bem assim da aquisição da solução de voz IP, o que virá reduzir o custo telefónico; -----

- Referiu o facto dos valores da Derrama estarem abaixo dos obtidos no ano de dois mil e quatro, o que, no seu entender, é preocupante porque é indício de que os lucros do sector empresarial também se encontram em baixa; -----

- Na página cento e quarenta e quatro, salientou a quebra das transferências para as freguesias e o aumento de cento e oito por cento para as empresas municipais e intermunicipais, o que, no seu entender, deveria ser mais equilibrado; -----

- Ainda na mesma página, registou a existência de percentagens a zero por cento, o que considerou ser um lapso; -----

- Observou o facto de, em termos de percentagem, o decréscimo de transferências para as freguesias e o acréscimo para as associações de municípios, não se reflectirem; -----

- Na página cento e cinquenta e quatro, sublinhou o grande acréscimo da dívida a terceiros no que respeita ao item de Administração Autárquica; -----

- Manifestou-se preocupado face à dívida a fornecedores que se cifra nos três milhões de euros e frisou a importância da redução da mesma. -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: "Exma Sra Presidente da A.M. -----

Exmo Sr. Presidente da C.M. -----

Srs Vereadores -----

Srs Deputados Municipais -----

Minhas Sras, meus Srs. -----

Mais uma vez queremos realçar o bom trabalho realizado pela equipa técnica que preparou os documentos em análise. -----

Os documentos são ricos em informação. Contudo para uma leitura com o rigor técnico que lhe era exigida, o tempo é manifestamente curto. -----

Pelo que a nossa análise centraliza-se nos agregados e sintetiza apenas o mais relevante. ----

O ano de 2006, conforme tínhamos vaticinado, foi um ano de «ressaca». Isto é, foi ano no qual o concelho esteve a «marcar passo», pois tal era necessário para cumprir com os compromissos assumidos em anos anteriores. Assim, a boa evolução dos proveitos resultantes da boa performance na cobrança de impostos quer directos quer indirectos bem como o crescimento de proveitos relacionados com loteamentos e obras, o que em termos gerais significou um crescimento total dos proveitos em cerca de 10%, não teve a compensação ao nível da despesa, tendo-se inclusive assistido a um decréscimo do investimento municipal em cerca de 14%. E se a este valor retirarmos os 1,4 milhões de euros empregues nas instalações municipais, então podemos daqui tirar as ilações quanto ao investimento municipal realizado em 2006. -----

Constata-se que as dotações para as freguesias sofreram quebras significativas em 2006 (-19,29%), o que nos preocupa, pois o poder camarário está numa tendência de centralização do investimento quando todos nós sabemos que as Juntas de Freguesia têm conseguido gerir bem os seus recursos e possuem uma forte capacidade para criar condições de alavancagem das suas receitas. -----

Análise económico-financeira -----

Resultados Financeiros -----

Esta rubrica evoluiu desfavoravelmente, pois estes sofreram um decréscimo de cerca de 250.000€. É certo que a evolução das taxas de juro foi a grande causa para a deteriorização destes resultados, contudo é conveniente alertar para este facto, pois a gestão camarária tem

que estar preparada para assumir a evolução das taxas de juro que são definidas pelo mercado. -----

Neste contexto, vimos os encargos financeiros a crescerem 28% e já se aproximam dos 590.000€. -----

Fundo Maneio -----

De acordo com o Relatório de Gestão, o valor do Fundo de Maneio atinge 9,47 milhões de euros negativos. Embora tenham registada uma pequena melhoria face a 2005, ele continua a ser muito preocupante. Este valor reflecte dificuldades para fazer face aos compromissos assumidos, podendo a prazo inviabilizar a concretização de alguns projectos de investimento. Os próprios rácios de liquidez confirmam as dificuldades de tesouraria. Por sua vez, estas dificuldades reflectem-se nos prazos de pagamento aos credores que, pese embora tenha registado uma pequena melhoria face a 2005, os 150 dias continuam a ser um fardo pesado para quem vende os seus produtos e serviços à Câmara. -----

É nossa opinião que urge a necessidade de alterar estes estrangulamento aos agentes credores desta nova instituição. -----

Proveitos e Acréscimos -----

Dada a relevância destes valores no Balanço, não seria importante apresentar uma descrição mais pormenorizada? -----

Provisões para Riscos e Encargos -----

A que se devem o valor de 396.246,70€ para a rubrica de riscos e encargos? -----

Gestão Sistema de abastecimento de água -----

A leitura atenta sobre este tema no Relatório de Gestão deixa-nos preocupados. Face ao não cumprimento dos compromissos por parte da empresa concessionada, quais as diligências efectuadas pela Câmara no sentido de pressioná-la a agir em conformidade? -----

Pois, parece-nos que os 672 mil euros adjudicados e só 163 mil euros facturados quando o total do investimento previsto era acima dos 5,6 milhões de euros, são razões mais que suficientes para pedir responsabilidades.” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Começamos por salientar que nos parece que o **“Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município relativo a 2006”**, demonstra de forma clara e inequívoca a situação económico-financeira em que se encontra a autarquia, e isto é aquilo que importa aferir. -----

Sabemos que as contas apresentadas resultam não só das opções estratégicas tomadas pelo executivo camarário, mas também de decisões tomadas pelo Governo, nomeadamente, alterações às leis em vigor que regem os municípios e ainda ao Orçamento Geral do Estado. ---

Todos conhecemos as limitações ao endividamento que foram impostas aos municípios. Com estes constrangimentos era óbvio que teria obrigatoriamente que existir contenção na despesa e, conseqüentemente, nos investimentos. Portanto, não é surpresa nenhuma que tenha existido um decréscimo de investimento municipal na ordem dos 14%. E não venham com a justificação de que tal facto foi previamente “estudado” de forma a termos mais investimento nos anos que antecedem eleições. Face à presente Lei das Finanças Locais, os municípios não vão ter outra solução senão reduzir o endividamento e estudar muito bem que projectos municipais serão passíveis de financiamento pelo QREN, sendo que, esses financiamentos implicam também uma componente nacional que é necessário assegurar. -----

Relativamente à captação de receita, há realmente situações onde é possível ir mais longe, mas destacamos o facto das “Receitas Próprias” terem aumentado cerca de 11,76%, representando agora cerca de 44% do total das receitas. -----

Não podemos deixar de mostrar todo o nosso desagrado pelo facto de, no ano em apreço, as transferências de Fundos Municipais não ter sequer acompanhado o aumento da inflação, tendo o Orçamento de Estado suspenso o correspondente artigo da Lei das Finanças Locais que se encontrava em vigor. -----

Existe neste momento um investimento municipal em curso que envolve uma verba significativa. Quem não concorda que a dispersão em que se encontram os serviços municipais leva a maior despesa e, pior ainda, dificulta a vida aos cidadãos que necessitam dos seus serviços. O novo Edifício dos Paços do Concelho é claramente uma necessidade. -----

A prestação de contas em apreço apresenta resultados que devemos salientar, tal como a redução da dívida a terceiros que diminuiu cerca de 7% relativamente ao ano anterior, e ainda o desagramento do prazo médio de pagamentos. -----

Quanto à receita liquidada ou efectivamente recebida, esta teve uma variação positiva de 2,47% relativamente ao ano anterior. Destacamos aqui o facto de a receita da Derrama ter aumentado em cerca de 14,81% o que por um lado pode traduzir, uma vez que a taxa se manteve igual, uma melhoria da saúde económica do tecido empresarial local, ou mesmo que a afirmação do Grupo Municipal do PS, sobre a previsão desta receita aquando da aprovação dos documentos previsionais de 2006, não era propriamente verdadeira. A afirmação em causa dizia que o município não “cativava” as empresas, pelo que, entendiam que o valor previsto era “pouco”. Note-se que, relativamente ao previsto, esta receita foi superior em cerca de 18%. ----

Temos de realçar o esforço realizado para a diminuição do défice orçamental do município, o qual decresceu cerca de 6%. -----

Continua a verificar-se um considerável volume de poupança corrente ocorrida (na ordem dos 2,1 milhões de euros), embora as despesas correntes tenham sofrido no último período um acréscimo bastante significativo, resultante, em larga medida, da disponibilização de novas infra-estruturas e conseqüentemente de novos serviços, os quais induzem um crescimento natural das despesas de funcionamento. -----

O grupo municipal do PSD entende que, tal como foi inicialmente afirmado, o documento em apreço espelha a situação actual do município merecendo a sua aprovação. Não queremos ainda deixar de salientar a nossa concordância com os Srs Vereadores do PS e com o seu Grupo Municipal, no que concerne à qualidade do trabalho apresentado, que com rigor e transparência técnica, disponibiliza uma grande quantidade de informação que nos permitiu avaliar mais facilmente a gestão municipal, indo muito além daquilo que é obrigatório por lei.” --

----- Não se verificando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com oito votos contra – um do Partido Comunista Português e sete do Partido Socialista, e duas abstenções do Partido Popular. -----

----- Seguidamente foram apresentadas as seguintes declarações de voto por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** referiu que os elogios que teceu acerca do trabalho realizado não são contraditórios com o seu voto contra porque o mesmo, apesar da sua boa qualidade, espelha uma política de gestão com que discorda. -----

Além disso, a questão inerente às transferências para as freguesias revela um centralismo que a Câmara Municipal critica quando se refere ao poder central, mas que depois concretiza na sua gestão autárquica. -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Compreendo o esforço que a Câmara Municipal está a fazer para conter os custos, por isso votamos favoravelmente. No entanto, registamos, com algum desagrado, o decréscimo de transferências para as freguesias, inviabilizando em parte a possibilidade de estas levarem a efeito as obras que as populações anseiam, esperando que, no próximo ano, esta situação seja alterada.” -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Formigais, subscreveu a declaração de voto atrás proferida. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores João Carlos Gameiro Rodrigues e José Maria do Vadre Castelino e Alvim. -----

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UM PEDIDO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA «CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – TESOURARIA 2007», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil e vinte e cinco, datado de dezanove do transacto mês de Março, cópia da deliberação camarária tomada em reunião

realizada no dia doze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a respectiva autorização para a contratação do referido empréstimo. -----

----- Foram ainda remetidas as propostas apresentadas pelas instituições financeiras consultadas e bem assim cópia do quadro-resumo das condições propostas pelas mesmas – **(vide processo devidamente arquivado)**. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Joaquim dos Reis Gonçalves. -----

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO «REGULAMENTO DE INTERVENÇÃO NA VIA PÚBLICA DO CONCELHO DE OURÉM», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A); -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil e vinte e dois, datado de dezanove do transacto mês de Março, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia doze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta do *Regulamento de Intervenção na Via Pública do Concelho de Ourém* – **(vide processo devidamente arquivado)**. -----

----- A fim de que o plenário procedesse a uma análise mais detalhada, foi remetido um exemplar do Regulamento a todos os seus elementos constituintes. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de**

imediatamente, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO «REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A); -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil e vinte e oito, datado de dezanove do transacto mês de Março, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia doze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta do *Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia* – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- A fim de que o plenário procedesse a uma análise mais detalhada, foi remetido um exemplar do Regulamento a todos os seus membros. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURÉM», NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º7/2003, DE 15 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número seis mil novecentos e quarenta e oito, datado de dezanove do presente mês de Abril, a deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dezasseis daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo a apreciação e votação do documento, citado em epígrafe. -----

----- Para uma melhor análise, foi remetida uma cópia da proposta, em suporte digital (CD), a todos os membros constituintes do plenário – (**vide processo devidamente arquivado**). ---

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve resenha da proposta, em análise. -----

Conforme disse, o documento, de carácter obrigatório e fruto de trabalho interno, procura ir ao encontro das necessidades emergentes do ensino pré-escolar e primeiro ciclo, após o encerramento de algumas escolas e bem assim das actuais exigências inerentes à educação direccionada para a qualidade, implicando novas infra-estruturas que diferem do tradicional edifício escolar. -----

Sublinhou ainda o carácter obrigatório da Carta Educativa e bem assim a sua aprovação a fim de que o município possa recorrer aos fundos comunitários aquando dos investimentos previstos na remodelação dos edifícios escolares do concelho. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu a importância do documento para o município e informou de que o mesmo havia sido analisado pelo Conselho Municipal de Educação e bem assim pela Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Desporto. -----

Seguidamente, deu conhecimento do expediente recebido sobre a matéria em questão, a saber: -----

- Parecer sobre verticalização da Escola Secundária; -----
- Manifesto do Conselho Pedagógico de Agrupamento Oureana; -----
- Manifesto da Assembleia de Escola do Agrupamento Oureana; -----
- Manifesto do pessoal não docente do Agrupamento Oureana; -----
- Manifesto da Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B.1 de Ourém, N.º1; ---
- Carta da Presidente da Direcção da Associação Centro de Dia da Freguesia de Fátima; -----

- Ofício da Junta de Freguesia de Fátima – verticalização do ensino escolar em Fátima; -----
 - Carta dos Encarregados de Educação das Escolas Pré-Escolar e 1º Ciclo de Pisão – Matas;
 - Ofício do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Carta Educativa, reordenamento territorial dos agrupamentos de escolas e jardins do concelho de Ourém. -----
 - Referiu ainda que a proposta de Carta Educativa do concelho de Ourém apresenta a seguinte configuração: -----
 - *Território Educativo de Freixianda*: freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio, Casal dos Bernardos, Rio de Couros e Formigais; -----
 - *Território Educativo de Caxarias*: freguesias de Caxarias, Urqueira, Espite, Seiça, Olival e Matas; -----
 - *Território Educativo Conde de Ourém*: freguesias de Alburitel, N.ª Sr.ª da Piedade (apenas Alqueidão, Pinheiro e Vale Travesso), N.ª Sr.ª das Misericórdias (excepto Bairro), Gondemaria, Cercal e Atouguia (excepto Fontainhas da Serra); -----
 - *Território Educativo de Ourém – Escola Secundária*: freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade (apenas Ourém n.º1 e Jardim de Infância de Ourém); -----
 - *Território Educativo de Fátima (com sede na Escola Secundária de Ourém)*: freguesia de Fátima, localidades de Bairro (N.ª Sr.ª das Misericórdias) e Fontainhas da Serra (Atouguia).
- Informou ainda que o Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia, senhor Manuel Tavares Lopes havia solicitado para que Fontainhas da Serra integrasse o Território Educativo Conde de Ourém. -----
- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
- = **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** sublinhou o facto de em Março de dois mil e quatro, aquando da reunião do Conselho Municipal de Educação, a Presidente da DREL ter alertado para o problema da verticalização dos agrupamentos, não se verificando ao longo destes três anos qualquer diligência nesse âmbito, responsabilizando assim a DREL e a Câmara Municipal pelas incorrecções inerentes ao processo. -----

Referiu ainda a existência de fluxos de mão de obra direccionados a Caxarias, Ourém, Vilar do Prazeres e Fátima, o que, no seu entender, condiciona os pais que transportam os filhos para a escola, dando como exemplo a dificuldade com que se depara um encarregado de educação que, habitando na Valada, freguesia de Seiça, e trabalhando em Ourém, está sujeito a ir levar o seu educando à escola a Caxarias. -----

Salientou também que a utilização da rede de transportes públicos por vezes não é alternativa porque não colmata as necessidades sentidas, nomeadamente no que respeita a horários. -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade, expôs o seguinte: “Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Ex.mas Sr.ªs e Srs Deputados Municipais -----

Ao confrontar-me com a carta educativa do concelho, não posso deixar de lamentar que a freguesia que represento não esteja num só agrupamento. -----

Já achava estranho no modelo que vai acabar, e agora seria a altura certa para unificar o que estava dividido e contemplar os educadores, professores e alunos. -----

Lamento que a minha Junta de Freguesia não tivesse sido ouvida neste processo. -----

Tenho dito.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, referiu a sua posição no que respeita à defesa do norte do concelho como um todo e discordou com o facto da sua freguesia ter sido agregada ao Agrupamento de Freixianda. Conforme afirmou, os encarregados de educação já haviam optado pelo agrupamento de Caxarias ao invés de matricularem os seus educandos na Freixianda pois o trajecto para o local de trabalho, na sua maioria para a zona da sede do concelho, coincide com o da escola.

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, na qualidade de Presidente de junta de Freguesia de Casal dos Bernardos, referiu que a Assembleia de Freguesia e bem assim os sessenta encarregados de educação da freguesia discordam com a sua anexação ao Agrupamento de Freixianda. -----

= **JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES**, em substituição do Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Como sempre, uma coisa é o que os legisladores julgam que é o Mundo, outra coisa o que de facto ele é. Uma coisa é o que se pretende na produção escrita de teóricos, outra coisa são as representações sociais. O que tem acontecido no ensino é um inexplicável autismo e miopia da parte de quem decide, que não parece estar preocupado em avaliar as consequências reais das medidas adoptadas. -----

Para mudar o que está errado (e é muita coisa), não basta fazer o inverso das práticas actuais. «A cada um consoante as suas capacidades» eis o princípio orientador do sistema de avaliação do sistema básico. Parece não ser este o entendimento em relação às medidas a tomar, já que é tudo feito por atacado, como se ainda vivêssemos no país do livro único para cada classe de ensino. -----

No IV FÓRUM DO E.P.C. em 22 de Janeiro de 1999, tive oportunidade de ouvir do actual secretário de Estado Valter Lemos frases bonitas, das quais realço apenas uma – «É preciso saber negociar, que as pessoas sejam capazes de ver longe e negociar perto». De então para cá, mudou de partido e tornou-se autista. -----

Coisas da vida. -----

Não está em causa a qualidade de ensino, nem sequer uma concorrência de Fátima com a sede do concelho, nem sequer uma luta entre o privado e o oficial. Isto que fique bem claro, já que bons profissionais existem em todos, mas em todos os estabelecimentos de ensino deste concelho. -----

O que está em causa é a coerência educativa. -----

Permitam-me analisar alguns dados que nos são apresentados. -----

Como podemos ver no 1º capítulo da Carta Educativa do Concelho, a folha 28, a freguesia de Fátima é a que regista o maior acréscimo populacional – 42,8%. Também não é novidade que Fátima dispõe de 3 colégios privados – o Sagrado Coração de Maria com uma taxa de ocupação de 110,6 (pág.112, 1º Capítulo), na vertente dos Estabelecimentos EB2,3 e os Colégios de São Miguel, com uma taxa de ocupação de 106,8 e o CEF com uma taxa de ocupação de 86,1 (página 115 do 1º Capítulo) a que terá de se juntar o pólo de Fátima da EPO,

levando, no seu conjunto, esta escola a ultrapassar também a taxa de ocupação de 100, já que o pólo possui 144 alunos (vide pág. 120). -----

Não é portanto uma questão de taxa de ocupação física nos colégios em Fátima que se coloca. Quanto à Educação Pré-Escolar, a Carta Educativa, a página 4, salienta que a freguesia de Fátima é a que possui maior número de estabelecimentos – 8 e veja-se, caso curioso, a nível do 1º Ciclo, Fátima surge novamente à frente, com 11 estabelecimentos, não se prevendo, como é lógico nenhum encerramento no ano lectivo de 2006-2007, já que o problema desta freguesia não é a falta de alunos, mas sim o excesso de alunos, que obriga á ampliação nas escolas da Casa Velha, na Cova da Iria, da Moita Redonda, na Maxieira, em Boleiros, na Lomba de Égua e à construção na Fátima e Casa Velha de 2 novos edifícios escolares para Jardins de infância e Escolas do 1º Ciclo. É esta a realidade e só não a vê quem não quer. Cai assim por terra o argumento apresentado a página 11 de que se deve «Promover a integração dos diferentes níveis de ensino (...) numa lógica de integração de ofertas educativas (...)» -----

No 1º Ciclo, é fácil observar o peso determinante de Fátima no gráfico apresentado a página 19, já que representa 28% face ao total do número de alunos que entraram no sistema de ensino nos últimos 5 anos. -----

Vamos agora às propostas de intervenção na rede educativa. Refere-se a página 11 e seguintes que, e passo a citar: -----

«O Território Educativo deve, assim, promover o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical dos 3 ciclos do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, tendo em vista: -- (...) Facilitar o contacto e articulação entre docentes (...) com vista a uma melhor integração no meio escolar e comunitário; -----

- Coordenar a organização local (...) evitando deslocações onerosas e perdas de tempo (...)» ---

Ora vamos lá falar das ditas rugas. -----

Perguntas evidentes e lógicas se colocam. Será que a extinção do AJE-Fátima e a vinda para Ourém irá facilitar o contacto entre docentes de diferentes graus de ensino, quando se sabe que os colégios de Fátima (sem nunca pôr em causa a excelente qualidade do Ensino em Ourém) provam à evidência que absorvem todos (tirando casos excepcionais relacionados com

cursos tecnológicos) os alunos da freguesia e têm tido bons resultados a nível distrital e nacional? Trata-se de acabar é com uma verticalização que já existe na prática, para se passar a uma quebra brusca entre o 2º e o 3º Ciclo. Isso mesmo é admitido a pág. 15 quando se afirma, e passo novamente a citar -----

«A cidade de Fátima constitui uma situação particular. (...) Estes estabelecimentos possuem uma capacidade largamente superior à procura local. (...) Fátima constitui-se como um pólo de atracção ao nível do ensino de cariz regional.» -----

Refere-se ainda na mesma página -----

«Trata-se de um território com características próprias, tendo em conta que o prosseguimento dos estudos dos alunos do 1º Ciclo se efectua sempre nas escolas da rede não pública com contrato de Associação.» -----

Quanto ao «evitar deslocações onerosas e perdas de tempo», é tão evidente que é isso precisamente que se vai passar, sendo esta situação tão caricata que nem vale a pena referi-la mais. No fundo, tudo isto me faz pensar num hipotético anúncio feito por uma agência de aluguer de automóveis na hipotética ilha (por exemplo a ilha de Gozo, pertencente ao arquipélago de Malta) com apenas 2 km² de área – «Alugue um carro com quilometragem ilimitada, 2 euros ao dia», não adaptando o referido anúncio às características especiais da ilha. Para tratar de assuntos burocráticos os pais, alunos e professores vão ter de se deslocar a Ourém, sem benefícios acrescidos em relação à situação que existe actualmente. Seria risível se não fosse tão trágico para pais e alunos que, em nome de uma suposta verticalização, acabam por cair na mais profunda horizontalidade, já que a partir do 2º Ciclo se irão matricular em Fátima. -----

Difícil se torna portanto o sentido de voto. Não podemos de maneira nenhuma concordar com a maneira arbitrária dos senhores que em Lisboa traçam a régua e esquadro, sem atender a casos especiais. Acho que não encontro palavras para exprimir melhor este pensamento do que as retiradas do livro *Por uma política de ideias em educação*, escrito por Augusto Santos Silva, que gentilmente me ofereceu no final de uma palestra sobre educação, em que ambos

participámos, em 2004. Recordo que este ex-ministro da Educação tem actualmente funções de Ministro para Assuntos Parlamentares. Passo a citar, a páginas 19-20: -----

«a quarta convicção é que é possível apostar num jogo Win-Win, num processo de que resultem benefícios para os diversos parceiros, processo de cooperação e não de soma zero».

Mais adiante a páginas 85 podemos ler -----

«Terceira coisa a conseguir: escolas ligadas às populações que servem sobretudo através da sua ligação às autarquias e às famílias.» -----

Confesso que eu, modéstia à parte, não diria melhor. -----

Por outro lado, estamos cientes que votar contra a Carta Educativa pode inviabilizar todo um conjunto significativo de melhorias nas estruturas físicas das escolas da freguesia de Fátima. Deixando lavrada uma profunda insatisfação e revolta pela maneira como o Ministério da Educação conduziu o processo dos territórios educativos e insiste em continuar autista para a realidade diferente da freguesia de Fátima e para a dignidade profissional dos professores, lesando gravemente os pais e os educandos, que teoricamente deveria defender, temos como obrigação velar pelos superiores interesses da freguesia, o que nos força e vincula a uma votação favorável à Carta Educativa, para não inviabilizar os investimentos previstos em Fátima, que constam nas páginas 43 e 46 da referida Carta Educativa, como uma das freguesias prioritárias a nível do concelho.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, foi da opinião de que a definição dos Territórios Educativo é irreal porque não atende às necessidades dos encarregados de educação aquando da deslocação para o local de trabalho e escola. -----

Referiu ainda que a sua bancada abstém-se porque reconhece as carências do parque escolar do concelho. -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, na qualidade de membro da Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Desporto, relatou o ocorrido na reunião aquando da apreciação da Carta Educativa do Concelho de Ourém, conforme se passa a transcrever: “No passado dia 26 de Abril último, reuniu a **Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Desporto**,

a fim de apreciar a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Ourém sobre a “Carta Educativa do Concelho de Ourém”. Estiveram presentes a Sr^a Presidente da Assembleia Municipal, Deolinda Simões, os membros da Assembleia Municipal Tavares Lopes, M^a Agripina Vieira e Ângela Marques. Não esteve presente o membro desta comissão do CDS/PP – Miguel Mangas, por motivos de ordem profissional. Foram ainda convidados a estarem presentes os Srs. Vereador Humberto Piedade e Chefe de Divisão de Educação Desporto e Cultura, Mário Catarino. -----

A Prof. Agripina Vieira começou por questionar sobre uma proposta efectuada em determinada altura pela DREL a qual propunha que a C+S de Freixianda fosse uma escola integrada. O Chefe de Divisão, Mário Catarino, informou que essa proposta nunca foi formal e que nada resolveria. Somente levaria ao encerramento de escolas do ensino pré-escolar e de 1º Ciclo de Ensino Básico da freguesia de Freixianda, com os inconvenientes que daí decorreriam. -----

Face à proposta apresentada, as maiores dúvidas ocorridas foram respeitantes à afectação de freguesias aos territórios educativos propostos. Note-se que esta redefinição ficou exactamente de acordo, grosso modo, com a afectação de freguesias definida aquando da execução quer da C+S de Freixianda, quer da C+S de Caxarias. -----

Relativamente à requalificação propriamente dita do parque escolar, somente foi questionado por Agripina Vieira se seria de requalificar a Escola de 1º ciclo do ensino Básico de Formigais face à redução anual do número de alunos. -----

A Comissão não pode deixar de manifestar o desagrado pelo “autismo” do Ministério da Educação que não abdicou das suas propostas nem atendeu inteiramente à especificidade de Fátima. -----

Sabemos que, independentemente deste documento ser ou não aprovado, a verticalização é um dado consumado, ou seja, o Ministério vai mesmo terminar com os agrupamentos horizontais e verticalizar, em termos educativos, todo o concelho. As dúvidas que se prendem com o facto de algumas freguesias ficarem afectas a territórios para os quais as suas crianças não fluem naturalmente, é questão que está ligada à não desertificação do interior do concelho (justificação dada pelo Sr. Vereador Humberto Piedade). -----

Tendo consciência de alguns inconvenientes que possam vir a existir para a população, face à reconfiguração dos agrupamentos, aquilo que neste momento está em causa é a possibilidade de acesso a fundos, quer do Ministério, quer Comunitários, e que implicará com toda a requalificação do parque escolar do concelho. -----

Pesando as vantagens e inconvenientes provenientes deste documento entendeu esta comissão, por maioria, que a população ganhará mais com a aprovação do mesmo.” -----

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “A aprovação da carta educativa por parte desta assembleia deveria corresponder a um momento de grande contentamento, uma vez que corresponderia à concretização de um anseio da população de Ourém. Ao invés, a Carta Educativa constitui-se como mais um motivo de preocupação, de descontentamento e em alguns casos de revolta, que aqui interesse discutir e sobretudo ouvir o senhor Presidente da Câmara, na tentativa de percebermos o que correu mal em todo este processo, com vista a pensarmos em conjunto na melhor solução para os nossos alunos. -----

O que nos parece é que a Carta Educativa foi ferida na sua génese por uma incorrecta condução do processo. -----

Seria demasiado fastidioso enumerarmos tudo o que consideramos ter corrido mal. Tentarei ser breve. -----

Começarei em 2004, data da antepenúltima reunião do Conselho Municipal de Educação (as últimas decorreram a 21 de Fevereiro e no passado dia 17). Nessa reunião realizada a 25 de Março de 2004, a representante da DREL já tinha preconizado a verticalização de todos os agrupamentos horizontais, isto em tempos do governo do PSD. Nessa mesma reunião e tendo em conta o carácter complexo da questão, a Câmara pediu à DREL um prazo para apresentar soluções. Só em 2007 é que este assunto volta à agenda política oficial (em reunião de Câmara, no Conselho Municipal de Educação, na Assembleia Municipal). -----

Ficamos nessa altura a saber que a Câmara tinha encomendado um estudo, estudo esse que para além de não estabelecer qualquer meio de ligação estatística com o Médio Tejo (escolas com as quais temos relações privilegiadas e protocolares), contem erros gravíssimos: -----

-de tratamento dos dados (numa primeira fase o agrupamento Acácio de Paiva / Olival era agrupado com a Caranguejeira) -----

-de cálculos (os autores parecem ter dificuldades em somar e subtrair) -----

-no cálculo da taxa de evolução demográfica (segundo o estudo, todas as freguesias do concelho vão ter uma mesma taxa de crescimento demográfico). -----

Por outro lado, verificamos que o estudo está demasiado centrado no pré-escolar e 1º ciclo do E. B., que bem sabemos serem os únicos a estarem sob a alçada da Câmara Municipal, no entanto pensamos que nenhuma conclusão séria se poderá tirar se não se tiver em conta o sistema educativo no seu todo. -----

Nas considerações finais, fala-se da importância dos transportes públicos e da acção social, mas não se procede a qualquer estudo da questão nem se apresentam propostas. Os autores, a certa altura, reconhecem que o que apresentam é um projecto inacabado. Eu diria que é um estudo incompleto, errado, sem rigor científico (os dados apresentados pela DREL estão mais actualizados do que os constantes neste estudo) e que por todas estas razões não deve e não pode servir de sustentação cabal para a tomada de decisões que se reflectem directamente na vida das pessoas do nosso concelho. No entanto, dele emana a Carta Educativa apresentada em reunião de Câmara do dia 12 de Fevereiro. Ora nesse mesmo dia, mas em Lisboa, os presidentes dos conselhos executivos das escolas/agrupamentos de escola foram confrontados com a verticalização dos agrupamentos segunda uma distribuição diferente da proposta pela Câmara, reunião para a qual, de forma incompreensível e injustificável, a Câmara não foi convocada. -----

Senhor Presidente, o que faltou na coordenação dos trabalhos entre a DREL e a Câmara, para das reuniões que existiram saíssem, em simultâneo, dois documentos tão diferentes, com filosofias educativas por vezes antagónicas? -----

Como é que foi possível que as propostas apresentadas pela Câmara não respeitassem as exigências essenciais da tutela (verticalização dos agrupamentos)? De que vale apresentar propostas e mais propostas se elas não se enquadram na política educativa do Ministério? Parece-nos ser tempo, esforços e oportunidades perdidos. -----

Por outro lado, o Conselho Municipal de Educação esteve reunido para debater a questão, tendo chegado, num primeiro momento, a uma posição unânime, depois por maioria: aprovar genericamente a Carta Educativa proposta pela DREL. Pergunto: Até que ponto fará sentido manter um Conselho Municipal de Educação que, por lei é representativo das forças vivas do concelho após eleições municipais que vieram obviamente dar-lhe um novo rosto? Salvo melhor opinião, não nos parece que tenham sido respeitadas as normas processuais exaradas no Edital nº81/2001, assim como no D.L. nº 7/2003 de 15 de Janeiro. -----

Como é que este processo se desenvolveu sem que os agrupamentos, escolas, os pais e as Juntas de freguesia tenham sido ouvidos? Não para se fazer o que eles querem, mas antes para se saber o que pensam. -----

Sendo um assunto tão importante para a vida das famílias do nosso concelho, porque não é indiferente para quem vive em Seiça ou em Vale Travesso mandar o seu filho para Caxarias ou para Ourém, julgamos que este assunto mereceria uma discussão mais participada, com a presença dos vários intervenientes. Tal não aconteceu. Somos hoje confrontados com uma situação que carece de resposta urgente. -----

Não estamos em total desacordo com a proposta apresentada pela Câmara. Reconhecemos o trabalho árduo que sustenta o interessante documento referente aos dados do nosso concelho (capítulo II). Concordamos com a tentativa de respeitar a unidade territorial das freguesias. Julgamos no entanto que a proposta apresentada pode ser melhorada, a bem dos ourenses. Por isso o que aqui propomos é uma alteração da proposta e não uma recusa, com base em dois pressupostos essenciais: dar resposta aos anseios das populações; não desperdiçar as dinâmicas já criadas. -----

A Carta Educativa tem como um dos seus objectivos primordiais dar respostas aos anseios das populações. Ora, o povo de Ourém tem mostrado ter um grande sentido de responsabilidade, facto que explica a forma serena que caracterizou o processo de encerramento de muitas escolas do primeiro ciclo do nosso concelho. Se hoje esse povo se manifesta é porque se sente defraudado nas suas legítimas expectativas. -----

Por outro lado, pensamos que esta assembleia será unânime em reconhecer o bom trabalho desenvolvido pelas instituições escolares do concelho. A dinâmica criada pelos agrupamentos e escolas é digna de registo e apreço. É tendo em conta o aproveitamento destas sinergias criadas que propomos que se não desmembre o que não for absolutamente necessário, de forma a permitir uma continuidade no trabalho já efectuado. -----

De realçar ainda, que a proposta que aqui deixamos, poderá colher boa receptividade por parte da tutela (não pondo por isso em causa as candidaturas aos fundos do QREN), uma vez que, e como viemos recentemente a saber, ela corresponde à uma proposta apresentada em tempos pela DREL e recusada liminarmente pela Câmara. -----

Passamos a expor a proposta de Carta Educativa dos deputados municipais do PS: cinco territórios educativos: -----

1. o agrupamento de Caxarias mantém a configuração actual -----
2. o agrupamento de Freixianda passa a ter uma tipologia de Escola Integrada, recebendo os alunos dos Jardim de escolas e primeiro ciclo das freguesias que actualmente o constituem ----
3. o agrupamento Conde de Ourém fica, para além das que actualmente tem, com Seiça, Olival, Gondemaria e Alburitel e parte de N. S. da Piedade -----
4. o agrupamento da E. Secundária recebe parte de N. S. da Piedade e, caso se venha a verificar necessário, recebe ainda para efeitos administrativos o território do AjeFátima, sendo certo que qualquer figurino deve respeitar a especificidade da freguesia de Fátima, aliás questionamos a razão da existência de discrepâncias de atitude por parte da tutela, uma vez que sabemos que se mantêm agrupamentos horizontais nos concelhos de Rio Maior e Benavente.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “A realidade educativa, sendo complexa, não pode ser abordada com qualquer tipo de ligeireza, nem confundida entre o fundamental e o acessório. -----

Tem que ser assumida como uma real e activa prioridade na actuação autárquica, não podendo ser ignorada a promoção de um sistema educativo dinâmico e interveniente. -----

O sistema de ensino nos últimos 30 anos democratizou-se, isto é, a ninguém é vedado o acesso a uma escolaridade mínima, os apoios sociais aumentaram, cresceram o número de espaços escolares, aumentou o número de professores, etc. Mas o que sobra em quantidade falta por vezes em qualidade, quanto mais não seja pela constante alteração do conceito «escola».

Por exemplo: no meu tempo, e não foi assim há tanto quanto isso, havia escolas que eram primárias, e hoje são chamadas de primeiro ciclo, bem como muitas e tantas outras designações, mas que querem dizer o mesmo. A organização escolar com as suas sucessivas reformas que nunca chegam ao fim, e um Ministério da Educação como centro vicioso de poder, que tem a seu cargo um conjunto de tarefas e organismos, fazem dele um órgão sem capacidade de responder em tempo útil às solicitações e aos anseios do próprio sistema. No fundo, nem se ocupa das questões pedagógicas nem dá vazão às reformas e reorganizações de forma coerente e próxima de quem deve servir.

Isto a propósito das trapalhadas na reorganização dos territórios educativos, que se confunde e tem sido o ruído, para aprovação desta Carta Educativa.

Pergunto: quem aprova territórios educativos? É a DREL, não esta Assembleia.

Apesar de abrir exceções noutros pontos do distrito, como Benavente e Rio Maior, em Ourém a DREL mostrou-se inflexível.

Se há diferenças e discriminações positivas para alguns pontos do distrito, sem dúvida essa diferença estaria nos agrupamentos, por exemplo em Fátima. É pena que o Ministério da Educação só ouça quem quer.

Portanto, essa caracterização de organização escolar, apesar das contribuições e propostas do município é da responsabilidade da DREL. As trapalhadas sucessivas têm origem na DREL. --

Mas não viemos aqui discutir territórios escolares, porque também não concordamos com todos eles.

Não gostaria de confundir árvore com floresta, que é um pouco a tentação da discussão nesta Carta Educativa.

A remodelação do parque escolar e as verbas afectas aos vários estabelecimentos de ensino, seja para a construção de raiz, seja para melhoria do parque existente, tem nesta Carta Educativa, um valor expressivo de muitos milhares de euros. -----

É o balão de oxigénio que as nossas escolas precisam e que há tanto tempo têm vindo a reivindicar. Essas são as grandes expectativas desta Carta. -----

O nosso parque escolar precisa de condições mais do que as «razoáveis» que hoje apresenta (como explícito na caracterização e no estudo desenvolvido pela Câmara Municipal). -----

Precisa de condições que satisfaçam as necessidades dos estudantes, seja nas suas actividades lectivas, nas actividades extra-curriculares e prolongamento de horários. -----

A importância de apostar num sistema de ensino de qualidade, prende-se com a necessária consciência que a política neste sector não pode ser corrigida sem que as gerações vindouras fiquem prejudicadas. O retorno da educação chega tarde, mas chega nas formas mais precisas a este país: a qualificação. -----

A escola deve pois ser exemplo e rigor, exactidão, coerência e de princípios de responsabilidade. -----

Por isso mesmo deve-se e impõe-se a todos os protagonistas da educação, dos pais aos professores, dos autarcas aos alunos, a verdadeira importância de assumir o esforço pela excelência. Devemos reconhecer que a cultura do facilitismo não serve os interesses de ninguém, sobretudo os estudantes. -----

Por isso mesmo a aprovação desta Carta Educativa vem contribuir para a adopção de uma política de melhoria das infra-estruturas existentes no concelho, pese embora estar assente numa definição territorial de agrupamentos que é muitas vezes sem sentido. -----

O PSD considera fundamental que se aposte de forma clara e real na implementação de espaços de qualidade para os alunos do concelho. Este é que é para nós o grande desafio desta Carta Educativa. -----

Saber se será em forma de candidatura a fundos comunitários ou qualquer outra forma de financiamento, a realidade é que as obras neste sector são um dos eixos fundamentais em que o concelho de Ourém se deve movimentar. -----

Porque valores mais altos se levantam na aprovação desta Carta Educativa, o PSD vota responsabilmente e por isso é favorável a esta proposta de Carta Educativa da Câmara Municipal.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** foi da opinião de que a Carta Educativa deve servir os interesses educativos do município e que a mesma não pode ser aprovada somente para obter fundos comunitários. -----

Questionou ainda acerca da viabilidade de obter informação sobre a implementação do processo em alguns concelhos limítrofes. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** opinou no sentido de que a Assembleia Municipal deveria ter conhecimento das propostas apresentadas pela DREL e bem assim as apresentadas pela Câmara Municipal a fim de proceder à respectiva análise e selecção do documento que melhor servisse os interesses educativos do concelho. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro votos contra – dois do Partido Socialista e dois do Partido Social Democrata e oito abstenções – uma do Partido Popular, uma do Partido Social Democrata e seis do Partido Socialista.** -----

----- De seguida, prestaram as declarações de voto os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MANUEL RODRIGUES ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Matas, apresentou o seguinte documento: “Ex.ma Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Sr.s Secretários, -----

Ex.mos Senhores Membros do Executivo Camarário, -----

Caros Colegas Deputados nesta Assembleia, -----

Público presente, -----

Comunicação Social -----

Tenho conhecimento da necessidade e da importância da Carta Educativa do Concelho de Ourém, sendo esta o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos de educação a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que sejam necessárias satisfazer, para a melhoria na rede de ensino. -----

Neste ano lectivo, 2006/2007, a Junta de Freguesia de Matas teve de ceder uma sala à Câmara Municipal para o funcionamento da terceira sala do 1º Ciclo, visto o edifício escolar existente não ter capacidade para o crescimento de alunos que se tem verificado nos últimos anos. -----

Existe um projecto para a Construção de um Complexo Escolar na Freguesia de Matas para que possa dar resposta às necessidades dos alunos, visto neste momento os serviços educativos estarem divididos por três espaços diferentes, o que prejudica o sucesso escolar. ---

Ao analisar a proposta da Carta Educativa sei que a construção do Complexo Escolar na Freguesia de Matas está incluído. -----

Por esse motivo votei a favor da carta Educativa. -----

Mas ao analisar a reorganização do Território Educativo foi com profundo desagrado que verifiquei que as escolas do Pré-Escolar e do 1º Ciclo de Matas tinham sido mudadas do Território de Ourém para o Território de Caxarias. -----

Há dois meses atrás, ao conversar com o Sr. Vereador da Educação, sobre a Carta Educativa, fui informado que as escolas da Freguesia de Matas poderiam vir a mudar de Agrupamento, ou seja, deixariam de pertencer ao Agrupamento Conde de Ourém e passariam a pertencer ao Agrupamento da Secundária. Apesar de não ser a situação ideal, não discordei desse possibilidade. Nada mais me foi dito. -----

No passado dia 20 de Abril recebi um ofício do Agrupamento de Caxarias onde manifestavam o seu desagrado em as escolas de Pisão – Matas terem sido agregadas ao Território Educativo de Caxarias. -----

Claro que fiquei surpreso visto nada saber. -----

No dia 23 de Abril os Encarregados de Educação das escolas da Freguesia de Matas, quer o Pré-Escolar quer o 1º Ciclo realizaram uma reunião, que eu, na qualidade de Presidente da

Junta estive presente, onde por unanimidade os Encarregados de Educação discordaram em pertencer ao Agrupamento de Caxarias, para o qual enviaram um pedido de alteração da Carta Educativa às entidades responsáveis, incluindo V.^a Ex.^a Senhor Presidente da Câmara. -----

Diante desta situação penso que é necessário corrigir a divisão do Território Educativo para que as escolas da Freguesia de Matas possam continuar a pertencer ao Agrupamento Conde de Ourém, onde já se sentem sócio-culturalmente integradas e onde existem projectos que exigem continuidade nos próximos anos lectivos. -----

Obrigado.” -----

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Casal dos Bernardos, justificou o seu voto contra porque representa a população que o elegeram e bem assim a posição por ela tomada. -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: “Apesar de termos consciência de que a aprovação desta Carta Educativa é muito importante para o concelho, uma vez que vai possibilitar a chegada de alguns milhões de euros, necessários para construções e preparação de infra-estruturas escolares, votámos contra, porque pensamos que a ida de Rio de Couros para o Agrupamento da Freixianda, não beneficia ninguém e vai apenas criar dificuldades aos pais e alunos da nossa freguesia, ao Agrupamento de Caxarias irá saturar ainda mais o ensino privado em Fátima, e não vai resolver nenhum problema ao Agrupamento de Freixianda porque poucos alunos irá receber da nossa freguesia. -----

É certo que durante o processo anterior a esta votação ninguém se preocupou em ouvir a Junta de Freguesia pelo que hoje ao votar sentimos o sagrado dever de respeitar o sentimento das pessoas que nos elegeram para estarmos aqui, o sentimento da nossa Assembleia de Freguesia e o excelente trabalho que o Agrupamento de Caxarias tem vindo a fazer em prol de uma educação melhor.” -----

= **JOSÉ MARIA HENRIQUES DE SOUSA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Olival, expôs o seguinte: “Ex.mos Senhores -----
Presidente da Assembleia Municipal -----

Presidente da Câmara -----

Senhores Deputados -----

Senhores Vereadores -----

Para mim este momento é o momento de um perdedor e ainda por cima um perdedor enganado. -----

Tento convencer-me que o meu concelho vai ganhar, porque se a carta escolar for aprovada teremos um instrumento que permitirá investimentos num sector crucial da nossa sociedade – a educação. -----

Mas, fico convencido ou pelo menos fico desconfiado que a minha freguesia vai ser a grande perdedora de todo este processo, e a Junta de Freguesia deixou-se enganar ao longo destes anos de existência do Agrupamento Escolar de Olival. -----

- Deu instalações gratuitas -----

- Suportou todas as despesas fixas: luz, água, etc. -----

- Comparticipou em equipamentos. -----

Tudo isto num esforço financeiro com poucas condições para o fazer. -----

Vi funcionar muitas actividades escolares, vi muito e bom trabalho concretizado pelos professores do Agrupamento. Depois de todo este esforço local, nos vem «roubar» este serviço. Fui enganado. O esforço feito por todos vai por água abaixo. -----

Temos na Freguesia um problema que das cidades é importado para o Olival, com crianças com problemas sociais, a que o Agrupamento prestava um bom serviço e agora o que será de nós, um Agrupamento que seguramente não pode ter a mesma rentabilidade pela distância a que está. Voltaram a enganar-nos, deixam-nos o problema e levam parte da solução. -----

Há uns meses atrás fui recebido pelo Senhor Vereador Humberto Piedade e fiquei convencido pelo que me disse que estava a lutar para que o Olival ficasse agregado a Ourém. Admito que sem intenção mais uma vez senti-me enganado, porque não havia condições para me prometer tal coisa. O que se conclui é que a necessidade de manter com condições o Agrupamento da Freixianda, algumas freguesias são forçadas a deslocar-se em sentido inverso ao que é a

normal movimentação das pessoas, são exemplos: o Olival para Caxarias, Rio de Couros para a Freixianda, etc. -----

Não tenho nada contra Caxarias e estou seguro que a Direcção do Agrupamento fará tudo o que tiver ao seu alcance para manter o Olival bem servido como estava, mas todos entenderão que o circuito lógico não era esse. Penso que neste processo, a Junta de Freguesia de Olival bem como a população em geral deveria ter sido ouvida. -----

Depois de toda esta baralhação, resta-me Senhores Presidentes, Senhores Vereadores e Senhores Deputados, a esperança de que não seja enganado mais uma vez, e que os investimentos a realizar no Concelho possam dar prioridade ao complexo escolar de Olival, pois actualmente parte dos alunos já estão instalados no edifício do Centro Social bem como todo o ATL, em situação relativamente precária. -----

Não quero ser acusado de inviabilizar este documento mas compreenderão que desta situação o Olival é o grande perdedor, e por isso abster-me nesta votação.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Votamos favoravelmente a proposta da Carta Educativa para não inviabilizar investimentos previstos na área da educação. No entanto, preocupa-me o desagrado demonstrado por alguma população e comungamos do sentimento de descontentamento que assola o Agrupamento de Caxarias, pela saída desse Agrupamento das Freguesias de Casal dos Bernardos e Rio de Couros onde estavam integradas e com o qual se identificavam, passando a integrar o Agrupamento de Freixianda que ao que parece não o desejam nem as satisfaz.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Esta declaração de voto vem reforçar aquilo que foi a minha intervenção. -----

O PSD não está indiferente às implicações das mudanças operadas no concelho, no que diz respeito aos agrupamentos escolares. -----

Não estamos contentes com a forma como o Ministério da Educação tem conduzido todo este processo, nem como a DREL tem encarado a realidade do município. Mas não é esse o papel desta Assembleia. Não somos nós quem aprova territórios educativos. -----

E como estão em causa verbas fundamentais para a recuperação e reabilitação do parque escolar, o PSD votou a favor pela responsabilidade que é garantir que as nossas escolas tenham melhores condições. -----

Essa foi, e deve ser de todos, a nossa preocupação.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores Acácio Manuel Oliveira Marques; Alexandre Herculano Costa Pereira Domingos; Constantino da Graça Lopes e Sérgio José Ferreira Ribeiro. -----

02.06 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006, DA MECIAGOLFE – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil e vinte e sete, datado de dezanove de Março, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia doze daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2006 DA AMBIOURÉM – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E INSERÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil oitocentos e oitenta e sete, datado de dezoito de Abril, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dezasseis daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.08 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2006 DA VEROURÉM – EMPRESA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil oitocentos e oitenta e seis, datado de dezoito de Abril, do corrente ano, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a dezasseis daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão

deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2006 DA SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DA COVA DA IRIA, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil setecentos e seis, datado de dezasseis de Abril, do corrente ano, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dois daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais, com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006, DO CENTRO DE NEGÓCIOS DE OURÉM, LIMITADA», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil setecentos e cinco, datado de dezasseis de Abril, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dois daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.11 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006, DA SIMLIS – SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DO LIS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil e vinte e seis, datado de dezanove de Março, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia doze daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.12 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2006, DA VALORLIS – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número cinco mil setecentos e setenta e oito, datado de trinta de Março, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia vinte e seis daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.13 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2006, DA TAGUSGÁS – EMPRESA DE GÁS DO VALE DO TEJO, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil oitocentos e oitenta e oito, datado de dezoito de Abril, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dezasseis daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.14 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006, DA RIBACARNE – MATADOURO REGIONAL DO RIBATEJO NORTE, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis setecentos e sete, datado de quinze de Abril, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a nove de Abril daquele mesmo ano, dando conhecimento a este órgão deliberativo,

nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.15 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL». -----

----- Foi remetido, pelo Município, o ofício número três mil oitocentos e trinta, datado de um de Março, do ano em curso, solicitando a este órgão deliberativo a designação de um Presidente de Junta de Freguesia que representará as dezoito Juntas de Freguesia na *Comissão Municipal de Protecção Civil*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento na Assembleia Municipal, acerca das propostas a apresentar, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Formigais, senhor Humberto Luís Ferraz Antunes. -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** em nome do Grupo Municipal Democrata Cristão propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, senhor José Ferreira Vieira, tendo este manifestado a sua indisponibilidade para assumir o referido cargo. -- -----

----- Não se registando qualquer outra proposta, procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta (31)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Formigais – vinte e três votos (23)** -----

----- **Votos brancos – oito votos (08)** -----

----- **Verificados os resultados, foi eleito, por maioria, o Presidente de Junta de Freguesia de Formigais, senhor HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES, para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.16 – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE OURÉM, CRL – INSOLVÊNCIA. -----

----- Foi remetida, pelo município, a deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia trinta de Abril, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea I, do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Setembro, autorização para o Senhor Presidente estar presente no leilão a realizar em Casal dos Frades, freguesia de Seiça, deste concelho, a fim de proceder à aquisição dos bens constantes da massa falida, referentes ao processo de insolvência número mil setecentos e setenta e sete barra zero seis ponto cinco TBVNO, do primeiro juízo do tribunal judicial da comarca de Ourém, até ao montante do valor do crédito detido pela Câmara Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as seguintes intervenções: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** pretendeu saber se há alguma avaliação dos bens existentes, tendo-lhe sido dito que foi feita uma avaliação pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria no valor total de novecentos e oitenta e cinco mil euros e que a Comissão de Credores decidiu que o valor mínimo de lançamento seria de oitocentos mil euros, dos quais seiscentos mil destinam-se aos bens imóveis e duzentos mil aos bens móveis. -----

= **LUÍS DE SOUSA E SILVA** sublinhou que o edital não refere os prédios rústicos e que estes só podem ser destinados à cooperativa. -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do Partido Popular e duas abstenções do Partido Socialista. -----

----- Tomando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** referiu que a sua abstenção vem no seguimento da posição que assumiu aquando da apreciação e votação do pedido de autorização camarário para adquirir à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria – CRL os seus créditos referentes à Cooperativa Agrícola de Ourém, CR. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.17 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, tendo-se registado as seguintes intervenções, todas elas relativas à proposta da Carta Educativa do concelho: -----

= **ARMANDO FARIA DOS SANTOS**, natural da freguesia do Olival, sublinhou que o Presidente de Junta de Freguesia não deveria ter-se abtido mas sim votado contra, a fim de travar a tentativa de favorecer a freguesia de Freixianda em detrimento da do Olival. -----

= **MARIA ALEXANDRA SILVA**, na qualidade de Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Acácio de Paiva, frisou o seguinte: “A Senhora Ministra não tomou em conta os interesses dos alunos, dos encarregados de educação e da comunidade escolar em geral. Ignorou a qualidade de trabalho desenvolvido em detrimento de medidas pseu-economicistas. -----

Pertencer a um agrupamento vertical não é necessariamente estar no mesmo edifício ou na mesma localidade, portanto estar longe a alguns quilómetros faz toda a diferença. -----

Não houve vontade política da autarquia, ao contrário de outros anos. O pretexto de verba a atribuir pelo Estado para a construção do parque escolar não desculpa nem compensa o prejuízo sentido pela população escolar deste Agrupamento. -----

São opções.” -----

= **MÓNICA SIMÕES**, na qualidade de representante dos pais da escola e jardim de Coroados – Seiça, fez o seguinte comentário: “Venho manifestar o desacordo em relação à freguesia de Seiça pertencer futuramente ao Agrupamento de Caxarias, visto que a escola dos Coroados fica a três quilómetros do Ciclo em Ourém e a nove do Ciclo de Caxarias, e as nossas vidas estão centradas em Ourém e não em Caxarias. Há pais que passam meses sem irem a Caxarias. -----

Este ano há apenas duas crianças que irão para Caxarias, havendo necessidade de transporte, o que é um pouco descabido. -----

Vão pôr um autocarro para levar apenas duas crianças para Caxarias?” -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO